

*KANT*

– Uma Crítica Elementar –



António Campos

Sociedade Chesterton Portugal

Dezembro 2013

## I – INTRODUÇÃO

*"O homem é a medida de todas as coisas", Protágoras.*

Escrever sobre Kant (1724-1804) de forma acessível não é fácil. Kant escondeu o cerne do seu solipsismo num primado de categorias, juízos, críticas (da razão pura, da razão prática, do juízo). A sua linguagem parece a linguagem de um iniciado na escola pitagórica. Ocorre a ideia de que raras são as pessoas que realmente leram a obra de Kant e menos as que a entenderam bem, embora existam muitos arautos do virtuosismo da sua filosofia. Sobretudo da sua ética. Por vezes os entendidos parecem ser os menos objectivos. Ocorre-me o ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que emitiu uma série de boçalidades sobre a primazia da moral kantiana sobre a moral cristã. Faremos um pequeno ensaio, de principiantes para principiantes, socorrendo-nos da preciosa ajuda, na parte final, de Chesterton, Jaime Balmes, Karl Popper, João Paulo II e Joseph Ratzinger.

Kant é o cerne da filosofia moderna. Se Descartes colocou o homem no centro do mundo, Kant forneceu-lhe uma ética alternativa à ética cristã e construiu um sistema centrado no homem, uma espécie de torre de Babel. Deus deixou de poder ser conhecido e teve que se submeter, se é que realmente sobreviveu, à ética dos homens. O contrato social de Rousseau atribuiu à lei o valor do dogma, retirou o foco do bem geral, para o centrar no indivíduo, enfraquecendo, por consequência, a família. Ao afirmar que "o que se pergunta num Parlamento quando se propõe uma lei não é se as pessoas aceitam ou rejeitam a proposta, mas se ela está em conformidade com a vontade geral que é a vontade delas", retira-se ao indivíduo a possibilidade de efectuar um juízo crítico sobre a lei em si e a depositar nas mãos dos deputados "o sentimento da vontade geral" - que realmente expressa o interesse das classes dominantes – e que deve ser tomada como a vontade da própria pessoa. Rousseau viria a ser uma das maiores influências em Kant, juntamente com o empirismo de Berkeley e Hume e o mecanicismo de Newton. Após Kant tudo se submete à lei, até o pensamento humano (Jaime Balmes).<sup>1</sup>

Kant é o ícone da actual contra-cultura oficial desta sociedade laica apóstata. Até Platão acabou por ser subestimado nos programas de filosofia do ensino secundário. Apenas para que aos jovens não seja dado qualquer conceito filosófico com base na metafísica. Estamos em plena luta intelectual, espiritual, no gramscismo cultural. É o culto dos sucedâneos de Kant: Hegel e Nietzsche, Heidegger, o niilismo da escola de Frankfurt, o desconstrucionismo, Foucault, Derrida e Habermas.

Quanto ao conceito de aquisição do conhecimento, Kant inicia o sofisma moderno. Tal como os antigos sofistas, cobrava para dar educação, concentrada no logos ou discurso, usando estratégias de argumentação. Foi o primeiro filósofo após a Idade Média a tornar-se um académico profissional. Esta profissionalização da filosofia ficou institucionalmente firmada após Kant.

Os sofistas afirmavam que a virtude é passível de ser ensinada e é relativa, pois a moralidade ou imoralidade de um acto não poderia ser julgada fora do contexto cultural em que aquele ocorreu. A principal doutrina sofística consiste numa visão relativa de mundo (contrariamente a Sócrates que, sem negar a existência de coisas relativas, buscava verdades universais e necessárias). Não é o ser humano quem tem que se adaptar a padrões externos a si, que sejam impostos por qualquer coisa que não seja o próprio ser humano.

Para Górgias, mesmo que se admitisse que o "ser" existisse, seria impossível captá-lo. Mesmo que isso fosse possível, não seria possível enunciá-lo de modo verdadeiro e, portanto, seria sempre impossível qualquer conhecimento sobre o "ser". Os sofistas tentavam explicar o mundo fenomenal, sem recorrer a quaisquer princípios fora dos fenómenos. Eles acreditavam que isso poderia ser feito incluindo o observador dentro do mundo fenomenal. A sua recusa em ir além do fenómeno era, para Platão, a grande fraqueza no seu pensamento. O que Górgias atacou não foi a realidade percebida, nem o poder de a perceber, mas a tentativa de atribuir existência ou não (com as implicações metafísicas de uma tal operação) ao que percebemos à nossa volta.<sup>2</sup> O paralelo com Kant é inevitável.

Contrariamente ao que se crê, no nosso tempo, a "iluminação" alemã, chamada Ilustração, *Aufklärung*, assentava, na Prússia, não só num ambiente de liberdade vigiada e cerceada, mas de dependência e coacção de artistas e filósofos para com os seus senhores, mecenas políticos. Por isso Kant elabora para Frederico, o Grande (1712-1786), o mote: "Obedeçam e serão capazes de raciocinar tanto quanto quiserem!" e Frederico, o Grande, adopta a máxima: "O meu povo tem a liberdade de dizer o que quiser, desde que obedeça."



Kant era um homem que o comum dos mortais consideraria um maníaco desequilibrado:<sup>3</sup>

Viveu sempre no mesmo sítio, Königsberg, de onde nunca se afastou mais do que 40 Km, comia apenas uma refeição por dia, efectuava uma maquinal caminhada diária sempre às três horas da tarde e sempre com a mesma duração de 30 minutos. Apenas não a efectuou duas vezes em toda a sua vida: um dia para saber pelo carteiro notícias da Revolução Francesa, outro dia porque se embrenhou na leitura do livro Emílio, do suíço J. J. Rousseau (1712-1778), um manual de educação escrito por um homem, misantropo, que colocou todos os seus cinco filhos num orfanato e depois escreveu um livro sobre educação. Viveu sempre apenas com o seu criado, Lampe, até o despedir no final da sua vida por pretensão assédio sexual. Lampe, ex-soldado do

exército prussiano, tinha ordens expressas para o acordar todos os dias às 4.55h da manhã com o berro: “HERR PROFESSOR; SÃO HORAS!”

A vida que viveu, de maneirismos, de estereótipos, de hábitos deprimentes (como até Nietzsche afirmou), foi quase abstracta. Foi uma ode à educação pietista<sup>4</sup> que recebeu, “de extremo rigor e receio, autêntica escravatura da juventude”. Essa disciplina pedantescamente sombria, “desses fanáticos”, provoca-lhe uma aversão a todas as formas de religião, que não se encaixam no espartilho da razão formulada pela sua própria cabeça. Apesar de apreciar a vida social, não partilha a sua vida pessoal. Exibe sinais de misantropia: embora desse algum dinheiro às suas irmãs, manteve-se longe do contacto de todos os seus irmãos por mais de 25 anos. Nunca partilhou a sua caminhada diária com ninguém pois receava falar e assim respirar pela boca em vez de pelo nariz, o que na sua opinião lhe provocaria doenças. Também tinha sinais de misoginia: “O casamento é apenas um acordo com o fim do uso recíproco dos órgãos sexuais.” Detestava os fluídos corporais, razão porque o seu quarto não era aquecido, para evitar em absoluto qualquer sinal de transpiração na sua camisa de dormir.

Kant viveu só, apenas ajudado pelo criado Lampe, que despediu em 1802. Escreveu no seu diário: “Nunca mais me deve ser recordado o nome Lampe”. Entre 1802 e 1804, ano de sua morte, Kant vive um epílogo atormentado por terrores nocturnos, pela demência, pela desorientação, pela insónia e o medo de adormecer, pela cegueira, pelo mergulhar cada vez mais para dentro de si próprio.<sup>5</sup> É uma ironia. Uma de suas irmãs, de quem Kant evitou rigorosamente qualquer contacto, tratou dele nos últimos dois anos. Não a reconhecia. Não sabemos se ela o fez por estrito sentido do dever ou por compaixão. Ironicamente ficou sepultado em Königsberg, hoje Kaliningrad, enclave russo. Caíram bombas sobre a sua cidade, a população alemã foi estuprada, chacinada e deportada, perdeu a nacionalidade, logo para um povo que o seu Kaiser, Frederico II, considerava bárbaro.<sup>6</sup>

A primeira ideia que importa reter é que todo o pensamento de Kant parte do “Eu” e dele nunca chega a sair. Como se, como dizia Balmes,<sup>7</sup> tivesse pânico de sair da ilha da sua mente e mergulhar num oceano de desconhecido- à semelhança do medo que sentiu em abandonar a sua cidade e conhecer mundo.

Algumas das bizarras deste método são mais aparentes, porque objectivas, nas formulações de Kant sobre ciência:

-“Estou seguro de que a orientação do eixo da Terra pode mudar por influência das explosões vulcânicas.”

-“O período de rotação da Terra está a aumentar devido ao atrito das marés contra o leito do mar provocado pela lua.”

-“Estou convencido que a electricidade provoca estranhas configurações de nuvens e uma doença generalizada nos gatos.”

O pensamento filosófico de Kant é marcado pelo cepticismo, por uma perda de fé, quer na religião, quer na metafísica, quer mesmo na noção de bondade humana. Por isso as sociedades onde predomina a moral de Kant, são sociedades onde os cidadãos se vigiam uns aos outros e imediatamente se denunciam. A sua formulação tem subjacente o princípio de que todos os homens são maus ou, como diria Rousseau, se tornaram maus. Bom mesmo, só o selvagem e o nascituro. Em Kant não

há lugar à misericórdia nem ao perdão, mas ao respeito da lei. A moral é uma formalidade e esgota-se na lei. Em Kant a caridade resume-se ao cumprimento de um dever, independentemente dos seus resultados práticos. Não existem acções morais exemplares, as acções morais são sempre singulares. Ninguém se deve sentir feliz por praticar o bem.

*“As emoções humanas representam o mais radical fracasso da razão e do racionalismo, na medida em que tomam a ética como o aspecto supremo da humanidade, acima do conhecimento.”<sup>8</sup>*

## II – O PROBLEMA DO CONHECIMENTO



*“Não é o sujeito que, conhecendo, descobre as leis do objecto, antes é o objecto que, ao ser conhecido, se adapta às leis do sujeito”, Kant.*

Para Kant não existe qualquer possibilidade de conhecer ou localizar a verdade. Parte do estreito universo da sua razão para dizer que é o homem que deve definir onde estão os limites do conhecimento.

*“Se dissermos que Deus não existe, não há nesse juízo a mínima contradição.”*

Estranha afirmação para quem diz não ser possível aceder à verdade... Todo o cepticismo básico assenta numa certeza: a certeza de que se duvida.

*“O culto cristão não é mais importante do que qualquer outro culto religioso.”<sup>9</sup>*

Kant retira Deus do centro da vida e coloca lá o homem. Mas ao fazer cessar a fé universal, pretende construir algo em que se possa acreditar, algo em que se possa confiar. Pretende construir um sistema fiável que defina até onde se pode acreditar na razão.

Não há dúvida que qualquer definição de limites é um dogma, é uma conclusão, logo Kant é um dogmático que se ocupa de substituir uns dogmas por outros. A crítica da razão pura afirma os limites do conhecimento humano. É a revelação de Kant... a sua bíblia. Com ela, Kant trata de se propor como marco legislativo e moral (na sua aplicação prática) para a humanidade. (Desde que aceitemos os seus pressupostos).

### - A Questão Metafísica

Se queremos colocar em causa uns limites e construir novos limites ao conhecimento humano, uma das primeiras questões a considerar será a questão metafísica.

A metafísica, como definida por Aristóteles, trata do estudo da realidade, não apenas da natureza, mas como um todo. Trata-se, em suma, do estudo e teorização da questão do “Ser”.

O passado pietista, do qual só guardou más recordações, predisps Kant a tomar uma atitude geral contra a religião.

“Nenhuma confissão de fé, nenhum apelo a nomes santos, nenhuma observância de cerimónias religiosas, pode ajudar a ganhar a salvação.”

“Considero a oração como a adulação de Deus.”<sup>9</sup>

Como reitor da universidade de Königsberg, Kant estava sempre “indisposto” quando era solicitado para participação em acontecimentos oficiais da universidade que incluíam cerimónias religiosas.

O problema do conhecimento do ser passa muito pelo conceito alma-corpo ou mente-cérebro. Outro modo de considerar o problema é afirmar que a cada efeito preside uma causa, pelo que existe necessariamente uma causa primeira.

⊕ conceito de presença equivale ao conceito de Ser Absoluto, de Essência Divina, de Verdade. Para Kant, o conceito de presença implica também o conceito de ausência: relativa, no caso do mundo fenomenológico ou corpóreo, absoluta no caso do Inferno.<sup>3</sup>

Para Kant, o Ser Presente implica o Ser Ausente, ou seja, a ausência não se distingue da falta de presença, pelo que não se pode concluir pela existência autónoma de nenhuma delas. A Presença não se pode representar porque ela equivale à ausência da Ausência. Daqui o apoio de Kant à controvérsia que separou as partes, no cisma do Ocidente, sobre a importância da missa e a proibição de imagens sacras. O absoluto não se pode representar porque, caso exista, existe fora do conceito de presença. Para Kant, “a alma é a substância pensante como princípio de vida, na matéria”.

Esta concepção maniqueísta enferma de um erro fundamental grave: admite um ser tão negativo que possa “não ser”. Isto não respeita o princípio da não contradição, uma das pedras-base da razão que Kant parecia defender, nem tão pouco o conceito expresso por Wolff: “uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo!” Até um ser tão negativo que encerre em si todas as antinomias da virtude, terá que compreender algum grau de virtude, isto é, a existência, pois de outro modo não existe. Este é um princípio inultrapassável. Algo não pode “ser” mau e simultaneamente não existir. A alternativa ao Bem existe: “é” o Mal.<sup>10</sup>

Kant afirma que para a inferência da existência de Deus seria necessário um intelecto de tipo intuitivo. No entanto, para Kant, o intelecto humano é apenas de tipo dedutivo, baseado em associações lógicas de dados obtidos por experiência, avançando por comparações e deduções. Como Deus não pode ser colocado no tubo de ensaio, não existe qualquer possibilidade de afirmar a sua existência.



## - A Revolução Coperniciana de Kant

É de salientar a importância das influências que Kant sofreu (o que demonstra que a verdadeira neutralidade nunca existe na razão, existe sempre algo a priori que varia de homem para homem):

- O mecanicismo de Isaac Newton.<sup>11</sup>
- A obra de Lineu que contraria o criacionismo.<sup>12</sup>
- A influência determinante de Jean Jacques Rousseau e da Revolução Francesa.
- A influência dos racionalistas Leibniz (1646-1716) e Wolff (1679-1754) e dos empiristas, Berkeley (1685-1753) e Hume (1711-1776), dos quais Kant pretendeu fazer a síntese - a chamada revolução coperniciana de Kant:<sup>13</sup>

Classicamente considerava-se que a forma de obter conhecimento tinha o seu centro no objecto e que era o sujeito que girava em torno do objecto. Para Kant a forma de obter conhecimento centra-se no sujeito, i.e., o homem, e é o objecto que gira à volta do sujeito, “aparecendo”. O fundamento do objecto está no sujeito. Eu só conheço aquilo que eu próprio coloco no objecto. O “Eu penso” é o princípio supremo do conhecimento humano.<sup>14</sup>

Pela sua centralidade no observador, i.e., o homem, teria sido mais apropriado Kant ter chamado à sua “revolução”, ptolomaica e não coperniciana, pois na formulação heliocêntrica, o observador, i.e., o homem, deixa de ser o centro do universo.

Assim, para Kant, cessam os dois limites ao conhecimento: a totalidade do que existe, inclua ou não Deus, almas, anjos, etc., e aquilo que nós conseguimos apreender. Na opinião de Kant, para nós apenas existe o que temos possibilidade de experimentar. Não temos qualquer modo de saber se tudo o resto existe ou não. Uma fotografia não é ela própria a cena fotografada.<sup>15</sup> Por outro lado, a imagem de uma pessoa numa fotografia não é a pessoa em si. Sobre a pessoa em si, Kant afirma que não se pode ter a certeza de que ela exista. Pode existir ou não. Kant simplesmente afirma: “Não sei!”

A estas “coisas em si”, que não podemos conhecer, das quais nada podemos dizer, Kant chama os númenos. À sua interacção com os nossos sistemas de detecção, Kant chama os fenómenos ou “aparições”.

Decorrente da interacção com os nossos sistemas de detecção e o nosso cérebro, a partir dos fenómenos nós construímos as imagens. Nada sabemos dos númenos, nem sequer podemos supor que tenham qualquer relação com os fenómenos ou com as imagens que deles elaboramos. Eles fazem parte de uma terra incógnita, transcendente, o mundo numenal. Nada nos garante que o animal às manchas brancas e pretas, que come erva e dá leite, que muge de vez em quando, seja realmente aquilo que temos por uma vaca.





## - Fenomenologia

Então se nós só lidamos com fenómenos, i.e., com aparências, desconhecendo de todo a sua origem ou sequer qual a conexão entre os númenos e os fenómenos, se é que existe alguma, como pode ser a ciência, para Kant fenomenologia ou estudo dos fenómenos, universalmente válida? Segundo ele, porque a formatação da nossa mente é universal, ou seja todas as mentes humanas funcionam do mesmo modo. As estruturas de percepção e da razão são universais.

Ciência, no fundo, é aquilo que convence igualmente todos os homens, corresponda ou não à realidade. A única realidade é a universalidade da mente humana e não aquilo que está para além dela, sejam os objectos em si, seja o mundo espiritual. Não existe nenhuma entidade que nos garanta a veracidade dos nossos conhecimentos. A estrutura do conhecimento humano é a autoridade máxima para garantir a validade do conhecimento, mas desconhece o tipo de ligação, se existir, com a realidade em si.<sup>16</sup> De certa forma, é como se tudo se passasse sempre dentro da nossa cabeça, como no filme Matrix.

Mesmo de entre aquilo que se pode conhecer, Kant altera a natureza do conhecimento, ao dizer que uma imagem pode ser imagem de um objecto ou pode ser ela mesma objecto. Heidegger adopta o seu conceito e desenvolve-o na chamada problemática do “ser aí”, a Dasein. Heidegger sublinha que Kant afirmava que “a coisa em si” não é diferente da aparência, apenas a mesma coisa vista a uma luz diferente. A “coisa em si” não é separável da aparência, nem da consciência finita. De certa forma, significa afirmar que as coisas não existem para além do observador, apenas dependem de quem observa. Portanto, só existem imagens, não objectos.<sup>17</sup>

## - Problemas Por Solucionar

- 1 - A definição do conceito de presença (já explicado acima).
- 2 - O problema das caixas chinesas- o problema fenoménico da doutrina de Kant.
- 3 - O problema do intelecto exclusivamente discursivo ou conceptual.
- 4 - O problema do espelho.
- 5 - O conceito de sujeito objecto.
- 6 - O problema decorrente de estabelecer o limite da mente humana.
- 7 - O conceito de espaço e tempo.
- 8 - O problema dos juízos sintéticos a priori.

Trataremos destes dois últimos a propósito da Crítica da Razão Pura. Já considerámos atrás o primeiro. Vamos considerar neste capítulo, os restantes.

- Começemos por **O PROBLEMA DAS CAIXAS CHINESES**:

Suponhamos que um metafísico discute com um neo-kanteano. Um neo-kanteano diz: “Você acredita nas coisas “em si”, mas isso apenas está dentro da sua cabeça, é um preconceito. Por meio do que recolhe pelos seus sentidos e interpreta pela razão, o senhor apenas formula imagens de algo que desconhece.” Suponhamos que o metafísico lhe responde: “A mim pareceu-me que o senhor formulou uma argumentação de ordem fenoménica, mas como eu não tenho quaisquer condições de saber verdadeiramente o que o senhor disse em primeiro lugar, uma vez que só elaborei uma imagem mental que um fenómeno provocou na minha membrana do tímpano, ao fazer vibrar o ar, e que resultou da transmissão ao cérebro de um sinal eléctrico, não estou seguro do teor da sua argumentação.” Ao que o neo-kanteano terá que admitir não poder responder, uma vez que não conhece verdadeiramente a mensagem em si que o metafísico lhe respondeu. Ou então dará uma resposta apenas baseada na imagem que elaborou da resposta do seu interlocutor, e assim sucessiva e infinitamente. É um poço sem fundo. Uma supressão da progressão do pensamento. Um mundo em que a única certeza é a incerteza. Em vez de falarmos de conhecimento estamos a falar de suposições em cascata. O único conhecimento é o de que não podemos conhecer. Estamos a bater à porta da Desconstrução.<sup>18</sup>

- Tratemos agora de **O PROBLEMA DE O INTELLECTO HUMANO NÃO PODER SER INTUITIVO**, mas apenas dedutivo, o que, como vimos atrás, exclui a possibilidade do conhecimento de Deus.<sup>19</sup> (Júlio Esteves, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ, Brasil, faz deste problema uma exposição notável):<sup>20</sup>

Kant caracteriza a aquisição do conhecimento humano em dois movimentos: da percepção sensível resulta a representação do objecto; do entendimento resulta o reconhecimento da representação do objecto, categorizando-a. No primeiro movimento vemos, no segundo movimento identificamos.

Como diz Kant, “sem sensibilidade, nenhum objecto nos seria dado; sem entendimento, nenhum objecto seria pensado.”

Por exemplo, não basta ver uma grande extensão de água azul-esverdeada, eu tenho que reconhecer que aquilo é compatível com “mar”.

Kant diz que este intelecto discursivo ou conceptual é o único presente no ser humano e que lhe é exclusivo. É o intelecto do ser racional finito. Nele existe uma distinção epistemológica entre sensibilidade (os cinco sentidos) e entendimento. O

conhecimento é efectuado pela participação de ambas. Portanto nós trabalhamos não com objectos mas com imagens.

Daí Kant fazer uma distinção lógico-ontológica entre possibilidade e realidade. O nosso conhecimento não é real, porque não trata com objectos, mas fenoménico, o possível, uma vez que trata com imagens e encerra em si um certo grau de incerteza. E Kant afirma que esta distinção entre realidade e possibilidade não tem nada a ver com as coisas, mas sim com a constituição particular do nosso sistema de entendimento.

Agora vejamos o que é um intelecto intuitivo, do qual o ser humano não é portador, (segundo a afirmação dogmática de Kant), porque caracteriza um arquétipo criador, i.e., Deus (caso exista):

O objecto não pré-existe ao acto do conhecimento, uma vez que foi concebido por aquele que conhece. Nesse sentido, o ser racional infinito só tem conceitos ou pensamento de objectos reais, pois o conhecimento traz imediatamente à existência o objecto conhecido, uma vez que o cria. Ele é a fonte de toda a realidade. E, neste caso, não existe distinção lógico-ontológica entre possibilidade e realidade.

*Esta concepção de Kant é completamente falsa!*

Deus tem que poder pensar determinadas coisas como meramente possíveis. Para criar, tem que ter um acto de vontade, um acto de discernimento de que é bom, de que faz sentido, de que há mais razões para criar do que para não criar. Deus não está obrigado a criar, a tornar real, tudo o que concebe, pois Ele é inteiramente livre. Logo, a conclusão de Kant de que a distinção entre possibilidade e realidade das coisas se funda na nossa situação particular, está errada, pois ela é válida mesmo para o Ser absoluto.<sup>21</sup>

Quer o ser racional finito, i.e., o Homem, quer o ser racional infinito, i.e., Deus, possuem a distinção entre possibilidade e realidade, de outro modo teríamos que concluir que Deus julga existentes todas as criaturas possíveis, o que é absurdo!

Portanto a distinção lógico-ontológica entre possibilidade e realidade não se funda no sujeito racional finito, mas nas coisas mesmas, nas suas essências. Uma vez caída a diferença entre os dois intelectos quanto à distinção lógico-ontológica, cai também (uma vez que foi Kant quem estabeleceu o paralelo) a distinção epistemológica (do modo como obtemos o conhecimento).

O que faz com que alguns conceitos nos apareçam como meras possibilidades, o que faz com que as intuições não nos dêem a conhecer algo como um objecto, não é nenhuma deficiência em nós mesmos, mas sim nos objectos conhecidos.

Kant reconhece isso quando aponta o caso em que a nossa faculdade do conhecimento se ocupa com objectos dos sentidos- e neste caso “a razão aceita algo, o fundamento original, *Urgrund*, que existe incondicionado, no qual possibilidade e realidade não devem ser distinguidas.”

Ou seja, a nossa faculdade de conhecimento encontra-se condicionada porque se ocupa com objectos dos sentidos, porque para conhecer objectos dos sentidos tem que se adequar a eles. Mas, por consequência, se a nossa faculdade de

conhecimento não se ocupasse com objectos dos sentidos, mas sim com objectos inteligíveis, poder-se-ia adequar perfeitamente a eles, fundindo possibilidade e realidade, conceito e intuição, num único acto de intuição intelectual.

Quer a referência de Kant ao *Urgrund*, quer este conceito de a possibilidade já incluir a realidade do objecto remetem para a ideia de Deus e para o argumento ontológico de Santo Anselmo. Nada contudo nos indica que a intuição intelectual teria que estar reduzida a um único objecto. Concebível num caso, ela pode alargar-se, incluindo objectos semelhantes, como as ideias eternas, imutáveis e necessárias de Platão.

Concluindo, a sensibilidade decorre da natureza do objecto que a afecta e não é uma decorrência intrínseca do sujeito cognoscente e da sua capacidade cognitiva. É preciso ser dotado de sensibilidade para se ser afectado por objectos sensíveis. Isso não exclui a possibilidade do nosso entendimento ser afectado por objectos inteligíveis, adequados à sua natureza. “Uma coisa é dizer que Deus, se existe, só pode possuir um intelecto intuitivo, outra coisa é inferir daí, que todo e qualquer intelecto intuitivo concebível só pode ser propriedade do Ser divino ou criador.”

- Agora consideremos o **PROBLEMA DO ESPELHO**, que é querido a Olavo de Carvalho, e que passamos a expor aqui a partir de uma aula sua:<sup>16</sup>

O problema do espelho demonstra-nos a relação entre o objecto, o fenómeno, o sistema de percepção/entendimento e a imagem. Kant como sabemos diz que nada sabemos do objecto “em si” que designa por númeno, nem sequer se tem qualquer relação com a imagem. Portanto dele nada sabemos. Agora imaginemo-nos em frente a um espelho. Nós somos o objecto, provocamos um fenómeno quando nos aproximamos do espelho, este como sistema de detecção, provoca o aparecimento de uma imagem.

Pode a imagem aparecer diferente consoante o sistema de detecção? Pode! Há espelhos que distorcem, outros diminuem, outros ampliam. A imagem perde totalmente a conexão com um objecto, i.e., pessoas vestidas aparecem nuas ou homens com barba aparecem com a barba feita? Não! Quando nos movimentamos a imagem permanece parada e quando estamos parados a imagem movimenta-se? Não! Portanto, a imagem guarda uma relação estreita com o objecto.

Outro exemplo: quando um réu é presente a tribunal e se analisa a prova de um crime, que a polícia de investigação apurou, esta prova, seja considerada suficiente ou não, foi apurada com a preocupação de ter uma relação estreita com o crime ou foi apurada de forma estocástica? A polícia segue um método de recolha de prova, partindo do princípio de que indícios se correlacionam com o crime ou faz uma recolha ao acaso, de tudo o que lhe apetece, sem fio condutor? Quando Georges Simenon, Agatha Christie, GK Chesterton ou Conan Doyle, nos apresentam os seus detectives em acção, eles partem do princípio, dentro da história, que o crime realmente ocorreu ou andam a recolher indícios de algo que não ocorreu? E os indícios relacionam-se com a ocorrência do crime ou não guardam com ele nenhuma conexão?

Bom, nós somos investigadores na nossa vida, no nosso mundo. Desde o nosso nascimento. Entramos para o palco, acendem-se as luzes e nós começamos a nossa

peça à frente de todos. Recolhemos e interpretamos indícios. Decerto que o nosso é um mundo fenoménico, decerto que o apreendemos com os sentidos e com o entendimento. Será lícito deduzir que estas imagens não guardam conexão com o que realmente acontece? Que a nossa mulher, os nossos pais, os nossos filhos não são reais? Decerto que não nos lembramos de nascer, mas pela experiência de outros, faz sentido que tenhamos nascido. É verdade que não podemos fazer o experimentalismo da nossa morte, mas intuímos, com absoluta certeza, que vamos morrer. E, do nascimento à morte, existe uma ordem que faz sentido. Como pensar que estas apreensões não guardam relação estreita com o que realmente acontece?

Porque é que aquilo que eu sei de uma coisa não deve corresponder a essa coisa? Porque é que o objecto gera em mim informação não consistente com o objecto? Indicar o que sabemos das coisas como fenómenos é dizer que o objecto- o númeno- é tudo aquilo que dela não se conhece, pois não guarda relação com a imagem que formamos.

- **O CONCEITO DE SUJEITO OBJECTO**, de Olavo de Carvalho:<sup>16</sup>

Kant refere que nada conhecemos do objecto, “da coisa em si”. Nesta afirmação, ele parte da aceção de que o sujeito é sempre sujeito e nunca objecto. Mas quando eu penso em mim- “eu tenho frio”-, eu torno-me objecto do meu próprio sujeito. Eu posso dizer que não posso conhecer as outras pessoas em si, mas então também não é possível conhecer “o eu em mim”. Eu próprio sou considerado desconhecido “em si” para os outros. As diversas percepções dependem das coisas como sujeito, mas também como objecto. O objecto absoluto- que só emite informação- e o sujeito absoluto- que só recebe informação- não existem!

Se eu não posso conhecer “o eu em mim”, sou tão real ou irreal como os objectos. Sou também apenas um fenómeno. Pelo facto de eu não me conhecer totalmente- ninguém sequer se vê totalmente- isso significa que eu, provavelmente, não existo! Como pode ser, um fenómeno, sujeito, e como pode ter, um fenómeno, uma estrutura universalmente válida? Tudo o que Kant fez para analisar a estrutura de percepção também era fenoménico.

“É um faz de conta que eu não estou aqui. Se eu sei, eu sei que sei. E se eu sei que sei, eu sei que sei que sei.”

Kant diz que não se pode imaginar o infinito, mas parece bastante óbvio que ele inventou um sistema infinito de pensamento, só que para dentro!

- **O LIMITE DO CONHECIMENTO SEGURO DA MENTE HUMANA:**

O seu propósito claro e a priori foi o de bloquear todo o conhecimento de ordem metafísica para sempre. No entanto, este propósito imediatamente revela três incongruências:

A primeira é a de que dificilmente uma mente humana tem jurisdição sobre todas as mentes humanas. Antes, ela reflecte um modo particular, determinado cultural e historicamente, de analisar uma dada questão.

A segunda é que face a qualquer limite, um ser humano sempre se interroga sobre o que está para além desse limite. Pelo facto de erguermos uma vedação, não significa que o campo do vizinho não existe; pelo facto de existir uma linha férrea, não significa que não existam coisas a ladear os carris. Uma coisa finita é fácil de imaginar. A totalidade de energia e matéria em expansão desde o Big Bang, também. Mas um universo finito não é mais fácil de conceber do que um universo infinito.

A terceira é a de que Kant está tomado pela motivação de combater a concepção racionalista, deísta, de que o homem tem todo o conhecimento dentro de si, basta aflorá-lo - e esse é o grande mérito de Kant, a sua chamada revolução copernicana - mas ele próprio confessa ter apreendido “uma grande luz” em 1769,<sup>22</sup> o que não parece muito congruente com quem não admite no ser humano o conhecimento intuitivo.



### III - A CRÍTICA DA RAZÃO PURA: Os Limites Da Razão Humana Para Adquirir O Verdadeiro E Seguro Conhecimento

“O colapso da filosofia germânica ocorre sempre no começo dos argumentos, mais do que no desenvolvimento e na conclusão”, G. K. Chesterton.<sup>6</sup>



Este livro<sup>23</sup> publicado em 1871 não teve sucesso e Kant sentiu-se na necessidade de dele escrever um resumo, em forma de introdução, menos labiríntico, dois anos depois: Prolegómenos de Toda a Metafísica Futura (1783). Para Kant, a filosofia cessa a dimensão metafísica e passa a ser “a ciência da relação de todo o conhecimento com os fins essenciais da razão humana” ou “o amor que o ser razoável tem pelos fins supremos da razão humana.” Trocado por miúdos, o conhecimento torna-se apenas subjectivo e relativo a cada mente humana, é essencialmente relativo e imanentista.

Toda a percepção entra em formas que são inatas, naquilo a que Kant chama Imaginação (formas de sensibilidade: Espaço e Tempo) e naquilo a que Kant chama o Entendimento (formas do entendimento ou categorias)<sup>24</sup>, tal como a água ao entrar em recipientes diferentes adopta a forma de cada um dos recipientes. Espaço e Tempo são independentes entre si, um como forma de sensibilidade “interna”, outro como forma de sensibilidade “externa”.

O sujeito é o construtor do conhecimento, logo espaço e tempo não são propriedades do objecto, mas sim do sujeito. Sendo assim, nós é que colocamos espaço e tempo nas imagens que efectuamos das coisas, i.e., nos fenómenos. Na continuação da análise ao problema do conhecimento, consideramos agora a questão da definição de Espaço e Tempo.

Para Kant, os conceitos de espaço e tempo não residem na natureza, mas dentro da nossa mente. São inatos e imanentes, vêm “de dentro”.

Como podem, a noção de espaço e tempo e as próprias categorias, ser universais e necessárias, a priori, quando todas as mentes humanas diferem imenso entre elas? A orientação no próprio espaço difere imenso entre as pessoas e ao longo da vida.

Porque é que uns vêem “coordenadas” no espaço que outros não vêem? E se dentro do mesmo sujeito, varia ao longo da vida, não se aprende, não tem algo de empírico?

Claro que esta formulação levanta uma objecção séria: se o Espaço e o Tempo só existem dentro e dependentes do homem e nunca na natureza em si, se a ciência nos revela que a origem do Universo é anterior ao homem, como poderiam existir o espaço e o tempo antes que houvesse homem?



Citando o livro de Job (que Kant apreciava particularmente): “Onde estavas tu quando lancei os fundamentos da Terra?”<sup>25</sup>

Outra objecção prende-se com a afirmação de Kant de que interpretamos o tempo como uma sucessão, mas que tal nada tem a ver com a propriedade das coisas que observamos, mas apenas com nós próprios. O que Kant não explica é como percebemos a diferença de umas coisas nessa sucessão e não percebemos a diferença de outras. Por exemplo um rosto altera-se com o passar do tempo, mas numa rocha não percebemos a mesma alteração. Não se compreende a diferença se afirmarmos, como Kant, que não sabemos se existe nas coisas uma sucessão real.<sup>26</sup>

Para Kant é impossível imaginar o infinito e o vazio. Após a exploração espacial e a formulação da teoria do Big Bang, nós não só sabemos que o vazio existe, como sabemos que uma quantidade finita de matéria e energia se expande num espaço vazio infinito. Portanto, temos uma noção empírica quer do infinito quer do vazio.

Temos a representação matemática do vazio, 0 ou { }, e do infinito,  $\infty$  . E para Kant são válidos os conhecimentos, sobretudo matemáticos, que possuímos na nossa mente, os chamados juízos a priori.

Mas se o espaço e o tempo parecem estar ligados no mundo macroscópico com o Big Bang, o que dizer do mundo ultraestrutural? No mundo subatômico, com o princípio da incerteza de Heisenberg, demonstra-se que espaço e tempo estão intrinsecamente relacionados, por meio da velocidade, e que tal interfere com a possibilidade de localização espacial.

Outro exemplo: a constituição da matéria implica movimento das suas partículas, ou seja, espaço percorrido por unidade de tempo. Quanto maior a energia, maior essa agitação. Não existe matéria “parada”. Sabe-se que o vazio inimaginável para Kant, é o maior constituinte da matéria: à escala, a distância entre dois átomos adjacentes equivale a uma distância de 30 Km entre dois indivíduos.



Na verdade, nós somos essencialmente vazios.

E pela conversibilidade entre matéria e energia,  $E=mc^2$  (a chamada equação da destruição), a energia é apenas a forma que a matéria assume ou vice-versa,  $m=E/c^2$  (também chamada a equação da criação).

Então porque Kant afirma ostensivamente que ao homem não é dado imaginar o infinito e o vazio? A resposta só pode ser uma: para contrariar o conceito metafísico de espaço e tempo como condição da existência das coisas, o conceito metafísico de que espaço e tempo são conhecidos a partir do objecto, o conceito metafísico de que espaço e tempo estão para além do homem e que, para eles, também existe uma causa primeira, como a própria ciência postula com a Teoria do Big Bang.

Permanece a ideia de que Kant não seguiu o caminho do cientista ou do livre pensador, que a partir de dados constrói conclusões; fica a ideia deprimente de que

Kant partiu de premissas prévias, isto é, de que é necessário negar a metafísica para se ser racional.

Se a mente humana passa a ser a dimensão máxima do conhecimento, ignora-se a variabilidade subjectiva, a natureza particulada do real, representada por cada mente humana em particular e pelo conjunto das mentes humanas. Na tentativa de arranjar uma certeza absoluta, Kant diminui a sensibilidade da sua teorização para tentar ganhar especificidade. O erro de análise em que incorre é o de aumentar o número falsos negativos- haverá muita coisa que fica por detectar.

A razão humana não é autónoma. Ela não só depende do sujeito como do contexto cultural e histórico. A própria mente de Kant estava condicionada pelos acontecimentos da Revolução Americana e Francesa, pelos postulados de Descartes e de JJ Rousseau, pelo ambiente político e social na Prússia, por Frederico, o Grande, e Voltaire, pelo empirismo e o racionalismo, pelo mecanicismo de Newton.

Na verdade, estava longe de se supor que existiriam formulações da ciência que estão para além da mecânica clássica de Newton, como a teoria quântica e a teoria da relatividade. Os contemporâneos de Kant (e isto demonstra como a mente humana é escrava do seu tempo) pensavam que todas as descobertas físicas apenas se somariam ao edifício de Newton e nada existiria fora do seu âmbito. É curioso ser a ciência a revelar a insuficiência do pensamento de Kant.

Kant parte desta crença de base, o cepticismo, para desenvolver a noção de três juízos,<sup>27</sup> cuja finalidade fundamental é excluir uma noção cognoscível da metafísica ou da existência de Deus:

- *Os juízos analíticos, a priori*: são compostos por noções evidentes que não resultam da experiência e em que o predicado (isto é, a qualidade do sujeito) nada acrescenta ao sujeito. Por exemplo, o triângulo tem três ângulos ou todo o efeito tem uma causa. Kant exclui desta zona de evidência qualquer conceito moral ou qualquer noção de existência transcendental. É o domínio do Espaço e da Geometria. Mas Kant não pode incluir neste conceito a geometria não euclidiana.<sup>28</sup>

- *Os juízos sintéticos a posteriori*: decorrem da experiência. Por exemplo, a neve é branca ou todas as pessoas nesta casa são mulheres. Apesar de resultarem da

experiência, Kant afirma que estes juízos não têm validade científica, porque se podem modificar com o tempo. Esta afirmação ignora que os conceitos científicos também se modificam com o tempo.

Esta é uma refutação forte contra a própria existência autónoma dos juízos sintéticos *a priori*.

- *Os juízos sintéticos a priori*: Kant diz que se estes juízos não existissem não poderíamos falar de conhecimento científico. Ou seja, todo o conhecimento científico, para Kant o verdadeiro conhecimento, é deste tipo. Curiosamente muitos duvidam da sua existência e afirmam que nessa hipotética existência assenta toda a construção kantiana. Na verdade Kant tem a noção de que o conhecimento científico se adquire por experiência, mas a experiência é, para Kant, não universal - Kant mistura a experiência subjectiva, pessoal, empírica, com a experiência obtida pelo método científico - daí a sua conclusão que o conhecimento obtido pela experiência não é universal. Ele ter-se-ia que somar ao edifício científico mecanicista Newtoniano, constituindo assim o banco de dados dos juízos sintéticos *a priori*.

Infelizmente para Kant, a ciência não se limita a somar. A ciência destrói conceitos anteriores e está constantemente a refazer. Além disso, como o demonstraram a teoria quântica e a teoria da relatividade, a ciência encerra em si um grande grau de incerteza. Uma vez que a teoria da relatividade e a teoria quântica encerram algumas contradições mutuamente exclusivas, elas retratam apenas dois modos diferentes de observar o ambiente físico. Provavelmente, ambas estarão certas, mas pode perfeitamente supor-se que ambas estarão erradas.

Ainda sobre os juízos sintéticos *a priori*, Kant dá o exemplo de “a linha recta é o caminho mais curto entre dois pontos”. A sua justificação é a de que “mais curto” (quantidade) não depende do conceito de “linha recta”(qualidade); que “mais curto” acrescenta algo a linha recta; não depende da experiência; é reconhecido como universal e necessário, ou seja, verdadeiro para todos os homens.

Mas será mesmo assim?

- Mais curto pode não ser algo de quantitativo, pode ser uma qualidade, um comparativo. Por exemplo, um homem mais curto do que outro pode perfeitamente ter 1,80m (desde que o outro meça por ex. 1,85m).

- O caminho mais curto entre dois pontos pode nada acrescentar a “linha recta”, na medida em que, por definição, a linha recta é o caminho mais curto entre dois pontos.

Outro exemplo é que Kant atribuía aos teoremas o carácter de juízo sintético *a priori*, mas todos sabem que os matemáticos avançam segundo princípio da contradição.

E será que o conhecimento científico não avança com base na experiência, sendo sintético *a posteriori*?

Tomemos a proposição: “O caminho mais curto entre dois pontos é uma linha recta.” Hoje, com base na experiência, estamos em condições de afirmar que mais frequentemente no universo, em virtude do conceito de massa e de campo, o caminho mais curto entre dois pontos é, de facto, uma linha curva. Outro conceito, é de que o

caminho mais curto entre dois pontos, quando um deles se desloca no espaço, é de facto uma linha parabólica.

Na verdade, verifica-se, hoje em dia, uma recusa geral em considerar as proposições geométricas como verdades sintéticas a priori.<sup>28</sup>

A dúvida: fica a ideia que o conceito de juízo sintético a priori foi construído propositadamente para encaixar a metafísica e a ideia de Deus, transformando a metafísica numa imagem apenas interna ao homem e dele dependente, o que encerra em si uma outra antinomia.

“Se desejamos pensar bem, temos que procurar conhecer a verdade, quer dizer, a realidade das coisas. De que serve discorrer com subtileza, ou com profundidade aparente, se o pensamento não é conforme à realidade? Um simples lavrador, um modesto artesão, que conhecem bem os objectos da sua profissão, pensam e falam melhor sobre eles que um filósofo presunçoso, que, em elevados conceitos e palavras altissonantes, lhes quer dar lições sobre aquilo que ele não entende”, Jaime Balmes.<sup>29</sup>

## IV – A MORAL DE KANT



*"Duas coisas me enchem o espírito de admiração e de reverência sempre nova e crescente, quanto mais frequente e longamente o pensamento nelas se detém: o céu estrelado acima de mim e a lei moral dentro de mim", Kant.*

A Crítica da Razão Prática, de 1778,<sup>30</sup> trata da questão da liberdade e da lei moral universal. Sem dúvida que Kant mantém o cepticismo do livro anterior, contrariamente ao que afirmava Heine<sup>31</sup> e os seus seguidores contemporâneos.

O livre-arbítrio separava, no séc. XVI, a Igreja Católica da Reforma, de Lutero e Calvino, na sua convicção de que o homem é, em grande medida, dono do seu próprio destino e de que a oração pode modificar o destino das almas. A educação pietista de Kant fazia-o inclinar-se para o livre-arbítrio, mas subordinado a uma lei: "O que devo fazer?", "O que posso esperar?"

Kant afirma que nós temos a noção de liberdade porque antes temos a consciência do dever. A liberdade reside na autonomia da vontade. Toda a ética que assente em conteúdos, como os dez mandamentos, comprometem a autonomia da vontade. Para Kant, toda a ética que busque a felicidade é ilegítima, porque tem um "fim material". O homem não deve agir para obter a sua felicidade ou a de outros, mas por puro dever, desprovido de emoções. O único sentimento legítimo é o do respeito, respeito ao homem como fonte do ordenamento moral, o supremo legislador, um númeno, uma divindade encarnada. A vontade é o ícone máximo, a volição é o altar do homem; do homem saído da imaturidade (o homem novo iluminado, uma versão precoce do super-homem).<sup>32</sup>

Classicamente definia-se o que era bem e mal e depois formulava-se uma lei moral; para Kant a lei moral é que define o conceito de bem e mal. Não interessa o que eu faço, mas sim como faço aquilo que quero fazer.

## AS OBRAS

Kant, tal como Lutero ou Calvino, desvaloriza o valor das obras: "a acção em si não

tem toda a força de um modelo e de um impulso para a imitação.” Kant desvaloriza o valor de um homem que morre ao salvar várias pessoas que se afogam. Aliás, o seu desprezo pelo homem concreto e apreço pelas entidades mais ou menos abstractas fazem-no afirmar que nutre mais apreço pelo homem que morre pelo seu país, embora, também aqui, desvalorize o valor da acção.

## ALTRUISMO OU DEVER

Kant recusa os truísmos para o comportamento moral. Para Kant o comportamento moral consiste em cumprir o dever enquanto dever.

“Se faço caridade aos pobres por puro dever faço uma acção moral, se o faço por compaixão faço uma acção simplesmente legal.”

Para Kant, o dever é anterior à liberdade. Nós apercebemo-nos que somos livres quando nos furtamos ao dever e sentimos remorso. É, no exemplo de Kant, aquele que, ameaçado por um tirano, jura falso contra um inocente. Kant conclui que ele devia dizer a verdade e, portanto, podia. Rejeita a inversa, ou seja, que só quem pode dizer a verdade, deve dizê-la.

Estas formulações têm graves consequências:

- Não existe lugar ao perdão nem ao exemplo, uma vez que a lei deve ser sempre cumprida, deve ser universal, não deve atender a casos particulares - é um retorno ao olho por olho, dente por dente, a lei de Talião, tão ao gosto judaico e tão ao gosto da Reforma (Kant, um século depois, é o seu filósofo).

- Interessa mais contribuir para instituições do que para pessoas concretas, independentemente do resultado prático dessas contribuições – abre lugar a uma caridade institucional, de ONG, de funcionários, e retira o lugar a uma caridade baseada no serviço, na empatia, na compaixão.<sup>33</sup>

- No caso de um inocente perseguido pelos nazis, que se esconde em minha casa, eu posso dizer a verdade, mas será que devo? Vamos perguntar a Anne Frank? Deves, portanto podes ou Podes, mas... deves?

O objectivo último é tido por essa coisa difusa e multifacetada chamada humanidade; não pelo indivíduo concreto que necessita de nós e apela ao nosso auxílio. Lembra o Mr. Scrooge de Dickens, que recusava a esmola mas contribuía para reformatórios e escolas de correcção.<sup>34</sup> Lembra JJ Rousseau, Estaline, os financeiros do Lehman Brothers (tinham um elevador particular para não se encontrarem com seres humanos)<sup>35</sup> – um traço característico de todos estes adoradores da humanidade é o seu desprezo pelo indivíduo concreto, a sua misantropia. Assim também era com Marx que dirigia a Nova Gazeta Renana como um ditador.<sup>36</sup>

Dizia Chesterton em *The Defendant*, 1901: "Os modernos intelectuais não defendem o patriotismo.

É por isso que uma estranha frieza e falsidade pende sobre eles quando se considera o seu amor pelo homem.

Se se lhes pergunta se amam a humanidade, responderão de pronto, inequivocamente, que sim.

Mas se se lhes pergunta uma opinião sobre as classes que compõem essa mesma humanidade, constatar-se-à de pronto que as odeiam a todas:

Odeiam reis, odeiam padres, odeiam a classe média, não vivem com soldados, marinheiros e trabalhadores, desconfiam dos homens de ciência e, no entanto, adoram a humanidade.

Só que falam da humanidade como quem se refere a uma nação estrangeira pitoresca.

Separaram-se cada vez mais do ser humano para exaltarem a estranha raça da humanidade.

Estão a deixar de ser humanos num esforço para serem humanistas."

## VIRTUDE, FELICIDADE E LIBERDADE

Recusa a felicidade como objectivo de vida: "por vezes isso é levado tão longe que há homens que pensam em proclamar o desejo de felicidade como uma lei prática universal"; e conclui, erradamente, que o altruísmo e a compaixão só podem conduzir à infelicidade e ao fracasso de quem os pratica, "porque cada pessoa apenas tem o seu próprio bem-estar no coração".

(Obviamente, Kant nunca percebeu o que significa a palavra mãe).

Para Kant, virtude e felicidade nunca se podem realizar uma à outra:<sup>37</sup> "Condicionar a felicidade à virtude seria suprimir a liberdade."

(A liberdade de se ser feliz praticando a iniquidade).

O postulado da liberdade é justificado pela necessidade da existência da vontade pura que brota de um ser, o homem, que é um legislador, e que se encontra no mundo numérico, um deus. Nietzsche desenvolveria amplamente este conceito de vontade pura, com trágicas consequências para a Alemanha e para o mundo.

A consequência de se recusar a busca da felicidade, aliada à supressão metafísica, conduz-nos a uma existência austera, dietética, uma busca desesperada pelo prolongamento desta vida, procurando uma vida de elfos. Uma vida de elfos tristes e eternamente insaciados, infelizes. Curiosamente, o existencialismo, ao afirmar o *nonsense* desta vida, infere involuntariamente o erro. O marxismo é a sua realização prática. Na teologia é o chamado tomismo transcendental de Karl Rahner.<sup>38</sup>

## DEUS, ALMA, LIBERDADE

São postulados. Por detrás desta imagem encontra-se o conceito de que este mundo não é governado por leis morais, mas apenas por leis físicas e a de que Deus não opera neste mundo. Assim, para dar sentido a uma ideia de recompensa postula-se, ou seja, concede-se, a existência de Deus num outro mundo e a imortalidade da alma. Deus é apenas uma necessidade, uma espécie de contrapeso, de equilíbrio- não é pessoal nem relacional.<sup>39</sup> É uma espécie de relojoeiro, deísta, a alma da colmeia.<sup>40</sup>

Cristo é tomado como um ideal que se encarnou na nossa razão. Significa a presença na moral do homem do ideal supremo da perfeita moralidade. "Mas essa figura ideal existe a priori na razão ética de cada homem, pelo que a figura histórica concreta do Mestre do Evangelho- tal como nas sociedades secretas, Kant evita sempre o uso explícito do nome Jesus Cristo-, não é de modo algum necessária, pois cada homem já é portador na sua razão da ideia de homem moralmente perfeito".

Aliás, o eventual Cristo histórico não poderá constituir a medida da moralidade humana; pelo contrário, deverá Ele mesmo ser medido e avaliado à luz do "Cristo ideal" que brilha na razão de cada homem. "Um homem divino, dotado de características sobre-humanas que o elevam acima da nossa fragilidade, não poderia, além do mais, servir-nos como exemplo a imitar."<sup>41</sup>

No entanto, contrariamente ao que Kant nos propõe, quem se aproxima dos testemunhos evangélicos tem a intuição imediata de que eles remetem a uma origem pessoal; neles nada há de abstracto e genérico. Brotam de uma unidade viva, indivisível, desenvolvem-se num contacto concreto contínuo com a realidade multiforme, sem nenhuma preocupação de sistematicidade. É a própria intuição que nos informa sobre a personalidade viva de um homem que fala e age diante de nós, ou que deixou vestígios da sua acção e do seu pensamento.<sup>42,43</sup>

## A LEI MORAL

O sofisma<sup>44,45</sup> e o relativismo<sup>46,47</sup> continuam bem patentes na formulação kantiana da lei moral.

Nas Bases da Metafísica Moral, de 1785,<sup>48</sup> Kant diz que o homem tem a liberdade de fazer a lei universal na condição de que ele próprio seja sujeito da lei que faz.

(Se eu for homossexual tenho a liberdade de impor a homossexualidade na condição de que eu me sujeite a ela!).

Esta causalidade livre significa o seguinte: O sujeito é dominado, não pela ideia de virtude, não pela ideia de felicidade, mas pela ideia de liberdade. Esta ideia de liberdade domina-o, mas ele também pode pensar sobre ela. Aliás, ele pode pensar mesmo na liberdade absoluta, algo próximo do que se entende por libertinagem. O sujeito é o criador da ideia de liberdade, porque a ideia é livre, não pertence a ninguém, nem tem limites. Mais: o sujeito tem o dever de impor esta sua lei universal a todos os outros homens, para bem da humanidade. Para que a lei se torne de facto



universal.

## FORMALISMO, AUTONOMIA, LIBERDADE

Se a liberdade implica a independência da vontade relativamente aos conteúdos da lei moral, então a vontade autonomiza-se, i.e., fica em condições de estabelecer para si a sua própria lei. Para Kant, formalismo, autonomia e liberdade estão intrinsecamente ligados.

Para Kant as acções morais são aquelas que afirmam o princípio da vontade como efeito da liberdade. É muito explícito. O conceito de bom ou mau não deve ser definido antes da lei moral; é a vontade pura ou a intenção pura que faz ser bom aquilo que ela quer (não existe qualquer conceito ou conteúdo moral do qual deva derivar a intenção e a vontade pura).

Como passar do formalismo da lei à prática concreta?

Tomemos a acção concreta que nos propomos realizar e suponhamos que a máxima na qual ela se inspira se deva tornar lei necessária, i.e., insusceptível de excepções, de uma natureza na qual nós também estejamos obrigados (e dispostos) a viver. Este “esquema” ou “esquematismo” revela-nos se a nossa acção é ou não moral: se nos satisfizesse viver nesse mundo em que a nossa máxima se tornasse lei necessária (sem excepções), isso quer dizer que ela estaria em conformidade com o dever.

Se eu detesto crenças religiosas devo, como efeito da liberdade, lutar para que as religiões sejam universalmente extintas.

Se eu acredito na superioridade das comunidades homossexuais devo lutar para que a sociedade adopte valores da homossexualidade pois eu aceito viver sob eles.

Se eu acredito em ganhar a vida de forma violenta devo lutar para que o crime seja organizado e hierarquizado.

Se eu não gosto de compromissos, devo lutar para que se menozize toda e qualquer forma de assumir legalmente um compromisso.

Se eu pertença a uma nação imperialista e acredito na superioridade dos meus valores relativamente aos das outras nações, devo usar todos os meios para os impor.



Daqui aos conceitos de Hegel de *übermensch* e *untermensch*, de guerra virtuosa e de imposição dos fortes pela força, vai apenas um passo.

Daqui ao conceito de imposição do socialismo pelo terror revolucionário, de Marx e Engels, vai outro pequeno passo.<sup>49</sup> Sem Kant, nunca teria havido Marx.

Talvez se perceba agora a justificação moral de movimentos abortistas, homossexualistas, sincretistas, ou o imperialismo de certas nações, como a Prússia ou a América, cujos povos têm uma matriz cristã protestante. Todos eles estão dispostos a viver nesse tipo de sociedade que consideram “moral”.

Desta construção de Kant, é legítimo concluir que eu não só não amo o ser humano meu semelhante (porque as emoções são o que há de mais vil na natureza humana), como lhe nego a possibilidade de ele se guiar por uma lei moral diferente da minha. Recuso-me a ver o mundo pelo seu olhar; pelo contrário, tudo farei para lhe impor o meu, que considero superior. Tudo farei para que todos os seres humanos olhem o mundo pelo mesmo olhar, por coincidência, o meu próprio olhar.



## IMPERATIVO CATEGÓRICO

Máxima da vontade individual = princípio da lei universal.

*“Age de forma a que a máxima da tua vontade possa sustentar-se sempre como princípio que dá a lei universal”*

A lei moral, i.e., o imperativo categórico, não pode consistir em ordenar coisas concretas, por mais nobres que sejam, para evitar o empirismo. Por conseguinte, a lei moral não depende do conteúdo. Portanto, quando se prescinde do conteúdo apenas resta a forma: “Deves porque deves”. Trata-se de um formalismo moral. Trata-se de adaptar para a filosofia a norma evangélica de que não é moral aquilo que se faz, mas a intenção com que se faz.

Trata-se não de ordenar aquilo que devo querer mas sim de ordenar como devo querer aquilo que quero - eu é que defino aquilo que quero e apenas tenho que o fazer de certa forma. Por outras palavras, a moral não consiste naquilo que se faz, mas

como se faz aquilo que se faz. Somos nós, com a nossa vontade e racionalidade que damos a lei a nós mesmos.

(É irresistível não lembrar as virtudes públicas com vícios privados).

Mas será que existirá alguma diferença entre aquilo que se faz, ou seja, o resultado da nossa acção, e a intenção com que se faz?

A primeira pista chega-nos da sabedoria de um velho ditado português: “De boas intenções está o Inferno cheio!”

Porque será? O que quererá isto dizer?

Suponhamos um pai que ama muito o seu filho. Ao saber que ele namora com uma moça de condição social mais baixa, envida todos os esforços para terminar esse namoro e induz o seu filho a namorar com uma outra moça de condição social superior. Prática muito frequente entre as famílias mais poderosas, mas infelizmente, não só. Aqui reside a raiz da expressão “fez um bom casamento” que significa algo muito diferente de “estar bem casado”.

Haverá centenas de exemplos. Desde o pai que escolhe o curso universitário do filho ou que decide o seu futuro profissional, ao marido que impede a mulher de expressar os seus pontos de vista, ao muçulmano que casa a sua filha criança com um velho. A minoria revolucionária que se impõe pela violência, convencida que descobriu o santo graal, que é mais esclarecida que o comum dos homens. Ou os clubes de pensadores que tratam de impor à sociedade em geral, através dos media, os seus pontos de vista sobre o rumo que devem tomar as leis e as políticas sociais. Todos por uma recta intenção. A intenção de que é melhor assim.

O efeito de uma acção é universal, é visível por todos.

A intenção significa que alguém decide sobre o futuro de outrem, privando ou coagindo a livre decisão da própria pessoa.

Na mentalidade da Reforma, a moral de Kant é tida como um decalque da mensagem evangélica “não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti”. Mas trata-se de uma falácia: esta é uma mensagem negativa, apenas indica o que não deves fazer, e não o que deves fazer. Ora, a mensagem do evangelho é muito mais ampla: “ama ao próximo como a ti mesmo”. Isso significa não só que não lhe deves fazer aquilo que não queres que te façam, mas também que lhe deves fazer aquilo que ele pretende, aquilo de que ele diz necessitar. É muito diferente!

Significa ver o mundo não apenas com os próprios olhos, mas também pelos olhos dos outros, respeitando as suas ideias, evitando a sua humilhação, abrindo espaço à sua dignidade; no fundo, contribuindo para que, pela nossa limitação- dir-se-ia pela limitação da nossa vontade -, o outro se revele, apareça e se sinta feliz.

A hipocrisia da moral de Kant lembra sempre a advertência de Santo Agostinho: “Encontrei muitos com desejo de enganar outros, mas não encontrei ninguém que desejasse ser enganado.”<sup>50</sup>

Poder-se-ia dizer, unindo o seu conceito absoluto de liberdade com o seu imperativo categórico: “Só és verdadeiramente livre quando fazes aquilo que não deves fazer”,

pois de um ponto de vista estrito, qualquer imperativo subordina a ideia de liberdade e, como tal, neste ponto, a filosofia moral de Kant encerra em si uma (mais uma!) antinomia insolúvel, a razão doente, nas palavras de Joseph Ratzinger, e abre a porta à desconstrução.

Sim, o céu está estrelado por cima de si, mas por um motivo que não compreende: na expansão do universo reside a razão das nossas noites serem estreladas e cada vez mais escuras.

Sim, a moral dentro de si, no sepulcro. Uma moral pessimista, uma moral de morte.<sup>51</sup>

## V – A CRÍTICA DO JUÍZO E SUCEDÂNEOS DE KANT

*“Senhor meu Deus, eu não passo de um adolescente que não sabe conduzir-se. Dai, pois, ao Vosso servo um coração sábio, capaz de julgar o vosso povo e discernir entre o bem e o mal”, Salomão.*<sup>52</sup>



Após o juízo sobre o conhecimento e sobre a moral, Kant formula um juízo sobre o próprio juízo, sobretudo estético (1790). Para Kant, juízo é um poder universal a que toda a gente se encontra ligada. Esta noção de juízo encerra a definição de belo e sublime, mas num sentido muito mais abrangente do que a mera arte. Num sentido que engloba um juízo sobre conceitos, religião, cultura, felicidade.

Para Kant, o juízo de belo não é sobre o prazer, sobre o carácter agradável ou desagradável de uma sensação, porque o gozo é sempre subjectivo e, portanto, não universal. "Não podemos ter a certeza que o cheiro de uma flor desperte em todos os indivíduos a mesma sensação."<sup>3</sup>

(Kant sempre ignora que o cheiro a rosa tem para a maior parte os homens um sentido comum- Kant elabora o seu raciocínio sempre a partir do que existe de variável e, portanto, de particular, entre os homens, ignorando ostensivamente o que existe de comum. Kant vê o mundo com um olho só).<sup>53</sup>

Esta terceira crítica, afirma a impossibilidade de formar conceitos. As ideias de verdade, justiça ou decência, são inoperantes nesta crítica. O belo é completamente subjectivo, pois não existe qualquer essência de belo.

As consequências deste modo de pensar tem reflexos profundos no nosso tempo, cuja análise se encontra bem patente no documentário de Roger Scrutton, "*Why Beauty Matters?*"<sup>54</sup>

Mais uma vez as suas ideias sobre a forma do juízo estético foram histórica e culturalmente condicionadas. A mente de Kant era escrava do seu tempo. Como formalista, afirma que cores e sons não definem a "forma" na natureza; apenas o desenho o faz. Como se Rubens (1577-1640) fosse um serviçal de Poussin (1594-1665).

Kant afirma que os juízos de maravilhoso apenas se podem fazer relativamente à

natureza. Dá o exemplo do estalajadeiro brincalhão, que prega partidas aos hóspedes pedindo a um rapaz que imite o canto do rouxinol. Mas logo que os hóspedes se apercebem do logro, cessa o seu interesse.<sup>3</sup>

(Mais uma vez Kant olha a realidade apenas de uma face do prisma: deste modo ninguém adoraria a arte, nem seria considerada tão valiosa, pois ela é, em grande medida, uma representação da natureza, humana ou física).

Kant sublinha que a experiência do sublime, que encanta, não depende do objecto, mas apenas do sujeito. Daí concordar com a proibição de imagens sacras- (Kant foi um refinado iconoclasta). "Essa proibição, essa exaltação pura e negativa da moralidade não encerra perigo de fanatismo, que se pode definir como a ilusão de querer ver algo para além de todos os limites da sensibilidade" – porque esse algo, o objecto, não existe.

(Compreende-se a fúria iconoclasta na Alemanha e Holanda, onde foram confiscadas igrejas, retiradas as imagens sacras e pintadas as paredes de branco).

Kant recusa que as coisas tenham sido criadas com uma finalidade, que a finalidade das coisas obedeça a uma relação causa-efeito. A erva não foi criada para ser comida pelos ruminantes, eles é que lhe encontraram essa finalidade. Kant afirma a tese de que a meta da raça humana não é a felicidade, mas sim a cultura. "Produzir num ser racional a aptidão geral para os objectivos que lhe agradam (na sua liberdade), isso é cultura."

(Os oficiais SS, os dirigentes socialistas, os plutocratas, os mafiosos, as sociedades secretas, as minorias subculturais do nosso tempo, não poderiam estar mais de acordo).

## JOB

Kant considerou Job um precursor do iluminismo. "Job renunciou ao direito de representar os motivos e os desejos de Deus."<sup>55</sup>

(Kant omite que Job aceitou os mistérios de Deus, que o universo das perguntas de Deus era mais amplo do que o seu, que o universo se prolonga para além da razão humana. Job compreende que Deus proclame a liberdade da sua Criação. Job não julgou Deus, pelo contrário, aceitou os seus mistérios. Job é um optimista que acredita no princípio da causalidade, na justiça e na natureza humana. Job distingue claramente o bem do mal, o que é justo daquilo que não o é, daí a razão de ser das suas perguntas).

O iluminismo carrega o mote “Ousa saber!”, contrariamente ao homem imaturo cujo mote seria “Não penses, limita-te a cumprir ordens”.

Bom, o Ousa Saber de Kant é balizado pelo mote que elaborou para Frederico II: “Obedeçam e serão capazes de raciocinar tanto quanto quiserem!”

Foi exactamente esta a atitude criticável dos amigos de Job.

## ⊙ MAL

Para Kant existe um mal radical, que reside nos interesses egoístas de cada homem e que inquina desde o nascimento as próprias raízes do agir moral.<sup>9</sup> Para Kant, tal mal é incompreensível e impenetrável pela própria razão. Como uma origem racional do mal tenha que excluir a doutrina religiosa do pecado original,<sup>56</sup> resta admitir estar na racionalidade e na liberdade ética do homem a disposição para o mal. Mas isto levanta uma contradição insolúvel: como pode ser um legislador moral seguro aquele que contém em si a raiz do mal?

“Para nós não há nenhum fundamento compreensível do qual o mal moral possa pela primeira vez ter vindo até nós.”

Eliminada a noção cristã da superação do mal pela conversão, como é possível que um homem naturalmente mau se faça bom?

Este problema remete a razão a reconhecer os seus limites e a apontar para a possibilidade de uma existência sobrenatural, nos confins da razão. A razão não vê como o homem se possa erguer, por si, do mal, embora eticamente o deva fazer, nem como possa expiar as suas culpas. Kant conclui que aqui se manifesta uma surpreendente (mais uma!) antinomia da razão consigo mesma, que não pode ser resolvida teoricamente, pois tal questão ultrapassa todo o poder de especulação da nossa razão.<sup>9,57</sup>

## KANT E A EDUCAÇÃO MODERNA<sup>58</sup>

“A finalidade da educação é a realização da liberdade através da universalização do pensar. Chegar às luzes significa combater a heteronomia no pensar.

Educar para a liberdade significa obedecer às leis, eliminando a individualidade e o direito natural, para transformar a sociedade num reino de igualdade.”

(Se isto não é uma forma de totalitarismo...)

“O homem só se torna homem se for educado, ou seja, ele não nasce homem. O homem por natureza não é um ser moral, mas torna-se moral pela educação.”

(Portanto crianças e analfabetos não são seres morais, são imorais...)

“O esclarecimento é a saída do estado de menoridade para o estado de maioridade. O homem privado de uma educação adequada não sabe usar a sua liberdade e, conseqüentemente, confunde ou ignora o bem, exercendo o mal.”

(Quem define o que é uma educação adequada? Como acreditar que os mais educados, numa sociedade kantiana, não praticam o mal?)

“A educação não deve ter em conta o momento presente mas seguir o estado futuro e melhor da humanidade.”

(Ignora-se o passado e o presente que existem e exalta-se um futuro, que ainda não existe, e que pode ter todas as direções possíveis!)

“Quanto mais hábitos um homem possui menos livre e autônomo é.”

(São os hábitos, as rotinas da vida que asseguram a existência! A nossa vida é feita de hábitos: deitar, acordar, comer, vestir,..., até o trabalho é na sua maior parte rotina! Kant era maníaco de rotinas, portanto, pelas suas próprias palavras não era livre nem autônomo!)

## KANT E SUCESSORES

- Hegel: “O arbítrio verdadeiramente livre é a vontade que se quer a si própria e à sua própria liberdade. O direito absoluto é o direito a ter direitos.<sup>59</sup>” Existe uma razão pública, baseada na obediência ao Estado e uma razão privada, baseada num livre-arbítrio condicionado pelo dever.”

-Marx: o imanentismo, a ideia de progresso, o mecanicismo moral e histórico, o homem iluminado pelo conhecimento alcança a liberdade da religião e de Deus. A autonomia da vontade relativamente ao conteúdo da lei moral. Dele diz Annenkov: “Na minha frente está um homem que domina e prescreve normas de conduta, um ditador democrático.”

-Nietzsche: “O cepticismo de Kant engendra uma descrição crítica do conhecimento e da liberdade que leva inevitavelmente ao derrube da metafísica. (...) Kant tinha razão ao dizer que a estética é sensação e não conceito. (...) Kant foi a raposa, cuja força e esperteza, abriu a jaula para sempre.”

-Heidegger: “A coisa em si não é separável da consciência finita.”

-Foucault: Influenciado pelo ensaio “O Que é o Iluminismo”, concorda com Kant quanto à separação do uso público e privado da razão. “A experiência humana é definida em termos de discursos, que funcionam através de um conjunto normativo de regras, cuja finalidade é distinguir o permitido do proibido, o normal do patológico. “Devemos

separar-nos daquilo que temos para fazermos ou pensarmos mais do que aquilo que somos.”

-Lyotard: “Como sugeriu Kant, com o conhecimento sujeito aos seus próprios limites, não existem princípios imutáveis de comportamento ético.”

-Derrida: “Não existe nada fora do texto. Não há limites para a representação. Não existe qualquer modelo exemplar ou padrão segundo o qual se possa reproduzir a verdade.”

(...)

A noite de 29 de Abril de 1937, seria, para Manuel García Morente, filósofo ateu, Professor da Faculdade de Filosofia de Madrid, estudioso e admirador de Kant, a noite de uma vida. Depois de ter ouvido *Pavane pour une Infante Défunte*, de Ravel, e *L'Enfance du Christ*, de Berlioz, o seu espírito perturbou-se. Este ateu neo-kanteano de Marburgo, depois fenomenólogo na linha de Max Scheler, ficou imerso na aura desta última peça musical e sentiu uma irreprimível e inexplicável necessidade de rezar.

Caminhou de um lado para o outro do quarto e, envolto numa extraordinária atmosfera, adormeceu na poltrona.

De súbito, pelas duas horas da manhã, acordou com a sensação de algo que estava iminente, algo de inaudito, de estranho e irrepitível. Ergueu-se de um salto. Abriu a janela para respirar o ar fresco da noite; e quando voltou o rosto para o interior do seu quarto...era Ele mesmo! (...) García Morente calcula que essa percepção de presença tenha decorrido por uma hora, mas a verdade é que a sua inefável felicidade passou num ápice.

Esta “percepção sem sensações” da presença de Cristo, foi um verdadeiro conhecimento experimentado, que este filósofo kanteano ateu transcreveu num memorial de setenta páginas.<sup>60</sup>

A partir daquele momento singular, nunca mais se referiria a Cristo como uma simples ideia, como um símbolo ou como um mito. A partir daquele momento único, para o qual não encontrou explicação, Cristo seria sempre um homem de carne e osso, que é simultaneamente Deus, Aquele que nos ama.



Caravaggio A incredulidade de Tomé 1602-03

## VI – OS CRÍTICOS

### A – CHESTERTON



*“A realidade foi concebida por forma a que o improvável possa ser, em princípio, concebível. O primeiro golo da ciência trouxe-nos o ateísmo, mas no final do copo espera-nos Deus.”* Werner Heisenberg (1901-1976), fundador da mecânica quântica, prémio nobel da física em 1932.

Chesterton enfatiza quatro aspectos insanos em Kant, e na filosofia alemã em geral:

1 - A centralidade no eu (O Solipsismo):

“O grande contemplativo é exactamente o contrário do falso contemplativo, desse místico que apenas olha para a sua própria alma, o artista egoísta que se aparta do mundo, evitando-o, e que vive apenas dentro da sua própria mente.

A questão metafísica principal consiste em perguntar se podemos provar o acto primeiro do reconhecimento de uma realidade como real. (...) O solipsismo significa simplesmente que um homem acredita na sua própria existência, mas não na de mais ninguém nem de mais nada. E contudo, nunca passou pela cabeça deste sofista simples que, a ser verdade a sua filosofia, não haveria outros filósofos que a pudessem professar.”<sup>61</sup>

“Existe um céptico que está convencido que todas as coisas começaram nele. Este céptico duvida da existência dos homens e das vacas. Para ele, os amigos são uma mitologia por ele construída. Foi ele que criou o próprio pai e a própria mãe. Esta fantasia horrível exerce decididamente um atractivo especial sobre o egoísmo algo místico do nosso tempo.



É quando o simpático mundo que rodeia um homem se obscurece como uma mentira, quando os amigos se desvanecem como fantasmas, quando o rosto da mãe não é mais do que um esboço que ele produzirá, quando um homem que não tem fé em nada nem em ninguém e se encontra sozinho dentro do seu próprio pesadelo – é então que, com vingativa ironia, se escreve o grande mote individualista: “Eis aqui um homem que acredita em si mesmo!”

Uma pessoa que não acredita naquilo que os dados dos seus sentidos lhe comunicam, e uma pessoa que não acredita em coisa nenhuma, estão ambas loucas; porém, a loucura de uma e de outra não é demonstrada pela existência de um erro de argumentação, mas pelo manifesto erro que é a vida de ambas. São pessoas que se encerram em caixas, em cujo interior estão pintados o sol e as estrelas; e que não conseguem sair cá para fora, uma para a saúde e a felicidade do céu; a outra para a saúde e a felicidade da terra. Ocupam uma posição perfeitamente racional – uma posição que é, em certo sentido, infinitamente racional, do mesmo modo como uma moeda de cêntimo é infinitamente circular. Acontece, porém, que há coisas infinitas que são mesquinhas, como há coisas eternas que são vis e abjectas.”<sup>62</sup>

## 2- O Relativismo:

“O Sr. Wells vem com essa fábula de que não podemos falar em cadeiras, porque elas são todas diferentes umas das outras (Kant tinha afirmado que não podemos estar seguros de que dois homens colham o mesmo cheiro de uma flor); mas se as cadeiras forem todas tão diferentes umas das outras, como podemos continuar a chamar-lhes cadeiras?”<sup>62</sup>

"Existe uma classe de pensadores modernos que vencem todos os abismos e reconciliam todas as guerras falando sobre "aspectos da verdade". Caso falemos de alguma coisa como um aspecto da verdade, é evidente que alegamos conhecer o que é a verdade; da mesma forma que, ao falarmos sobre a pata traseira de um cão, alegamos conhecer o que é um cão.

Infelizmente, o filósofo que fala a respeito de aspectos da verdade geralmente também pergunta: "O que é a verdade?" Muitas vezes até nega a existência da verdade ou alega ser ela inacessível à inteligência humana. Como pode então reconhecer os seus aspectos?

Lembra um artista que leve um esboço arquitectónico a um construtor, dizendo: "Esta é a fachada sul de uma casa com vista para o mar, que não existe!" Nem quero afirmar que uma casa com vista para o mar pode existir, mas é inacessível à mente humana.

Do mesmo modo, não gostaria de ser o ridículo metafísico que afirma ver em todos os lugares aspectos de uma verdade que não existe.

O Sr. Wells decerto deve saber que, por existirem duas coisas diferentes, por certo haverá similares.

A lebre e a tartaruga podem diferir na quantidade da velocidade, mas devem concordar na qualidade do movimento. Quando dizemos que a lebre se move mais rapidamente, dizemos que a tartaruga se move.

A mais rápida das lebres não é mais rápida que um triângulo isósceles ou do que uma ideia cor de rosa.

Ao dizer que uma coisa se move, afirmamos que outras não se movem. Por isso, ao dizer que as coisas mudam, afirmamos que existe algo imutável.”<sup>63</sup>

3 - O particular desprezo pelas mulheres, pelo seu modo de pensar e de conceber o mundo e as coisas:<sup>64</sup>

“Deixemos, por enquanto, as relações de homem para homem nesse encontro que se chama duelo; e tomemos as relações entre homem e mulher, nesse imortal duelo que se chama casamento. Aqui descobriremos, novamente, que as outras civilizações cristãs aspiram a uma espécie de igualdade que pode ser considerada irracional ou perigosa. Assim, é entre as pessoas das classes ditas educadas, na América e na França, que encontramos os dois extremos no tratamento da mulher.

Os americanos escolheram o risco da camaradagem; os franceses a compensação da cortesia.

Na América é perfeitamente possível que um rapaz saia com uma moça para o que ele chama (lamento profundamente dizê-lo) um divertimento; mas ao menos o homem vai com a mulher, tanto como a mulher vai com o homem.

Na França, a moça é resguardada como uma freira enquanto não se casa; mas quando se torna mãe é realmente uma mulher sagrada e quando se torna avó é um terror sagrado.

Em qualquer desses extremos a mulher leva alguma coisa desta vida.

Há somente um lugar onde ela pouco ou nada aproveita: o norte da Alemanha. A França e a América, a esse respeito, aspiram desigualmente a uma igualdade — a América, por similaridade, a França por contraste. Mas a Alemanha do norte aspira deliberadamente à desigualdade.

A mulher fica em pé, não mais irritada do que um copeiro; o homem fica sentado, não menos à vontade do que um convidado. Aí temos uma óbvia afirmação de inferioridade como no caso do sabre e do caixeiro.

“Vais tu tratar com mulheres?”, diz Nietzsche, “não te esqueças do chicote!”.

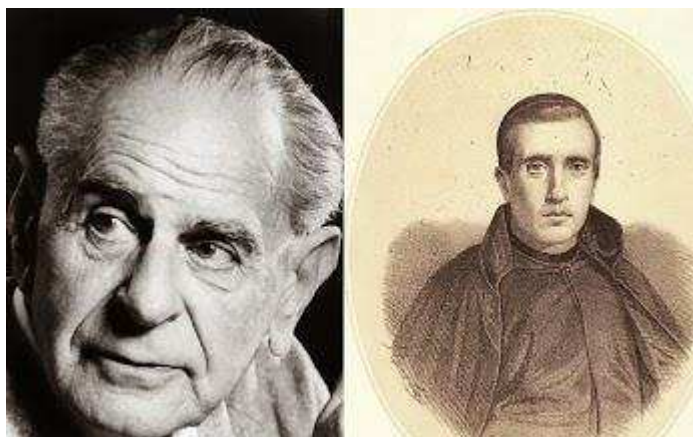
Note bem o leitor que ele não diz “o cabo da vassoura”, como ocorreria mais naturalmente ao espírito de um espancador de mulheres mais comum e mais cristão, porque a vassoura faz parte da vida doméstica e tanto pode ser manobrada pela mulher como pelo homem. O que aliás acontece às vezes. A espada e o chicote, ao contrário, são armas de uma casta privilegiada.”<sup>65</sup>

4 - A impossibilidade de conhecer em absoluto as coisas transposto para a linguagem moderna, levou à adoção de afirmações como “aparentemente é assim”, “tudo indica que seja assim” ou “suponho que seja assim”:

“A modéstia deslocou-se do órgão da ambição e foi instalar-se no órgão das convicções, um órgão onde nunca devia estar instalada. Um homem deve ter dúvidas sobre si mesmo, mas não deve ter dúvidas sobre a verdade. Ora, o que se passa hoje é exactamente o inverso. Não é difícil encontrar hoje, a cada esquina, um sujeito que nos lance à cara a afirmação - a frenética e blasfema afirmação - de que poderá estar enganado. Todos os dias nos cruzamos com pessoas que afirmam que, naturalmente, poderão não ter a opinião mais correcta. Claro que a opinião dessas pessoas é a mais correcta, senão elas não teriam essa opinião. Estamos em vias de produzir uma raça de homens mentalmente tão modestos que não acreditam na tabuada.”<sup>62</sup>

## B – Popper e Balmes

*A realidade física existe independentemente da mente humana e é de uma natureza diferente da experiência humana - e, por essa razão, nunca poderá ser directamente apreendida, K. Popper.*



- **KARL POPPER** (1902-1994):

É impossível provar, definitivamente a verdade de qualquer teoria científica ou colocar toda a ciência ou toda a matemática em bases absolutamente sólidas, porque a certeza é algo que não se encontra disponível.<sup>66</sup>

Para Popper, a indução não existe.

Karl Popper propõe o seu critério de falseabilidade como critério de demarcação entre ciência empírica e não-ciência: uma teoria pertence à ciência empírica apenas se puder ser desmentida ou falseada (tornada falsa) pelos factos.

“A indução repetitiva (ou indução por enumeração), possui uma óbvia falta de validade desse género de raciocínio: nenhum número de observações de cisnes brancos é capaz de estabelecer que todos os cisnes são brancos (ou que é pequena a probabilidade de se encontrar um cisne que não seja branco). Portanto, a indução por enumeração está fora de questão: não pode fundamentar nada.

Uma ideia ingênua ligada à teoria de indução é a de que, na análise de factos, nós não devemos ter preconceitos, devemos ser uma tábua rasa. Ora, a verdade é que nós somos uma tábua plena, cheia de sinais que a tradição ou a evolução cultural deixaram escritos. Purgada de preconceitos, a mente não será mente pura, mas apenas mente vazia. Nós operamos sempre com teorias, ainda que frequentemente não tenhamos consciência disso.”

Se não for possível extrair de uma teoria consequências passíveis de verificação factual, ela não é científica.<sup>67</sup> É fácil de ver como teorias empiricamente irrefutáveis são criticáveis. Assim, por exemplo, se o determinismo kantiano é fruto da ciência da época (o mundo-relógio de Newton), e se a ciência posterior transforma o mundo-relógio num mundo-nuvem, então cai por terra aquele saber de fundo sobre o qual se erguia o determinismo de Kant, e essa derrocada leva consigo também a teoria filosófica do determinismo.

"As formas indesejáveis e indefensáveis de sociedade moderna são aquelas em que é imposto um planeamento centralizado e se proíbem as divergências. A criação e perpetuação de um estado ideal de sociedade não é uma opção para nós, porque nós temos que gerir um processo rápido e interminável de mudança.<sup>68</sup>

A sociedade aberta é dirigida por instituições que permitem a convivência do maior número possível de ideias, de ideologias, de valores, de visões do mundo, filosóficas ou religiosas. O futuro não é previsível também porque não são previsíveis os desenvolvimentos da ciência, dos quais depende, em grande parte, a ordem da sociedade."

O que se opõe à Fé não é a Razão, mas o delírio da Razão. O racionalismo - quer o do Renascimento, quer o do chamado Iluminismo do século XVIII, que originou o cientificismo moderno - é, de fato, irracional. É irracional porque não admite a fé na razão dos outros. Pois, se toda razão é limitada, se toda razão individual reconhece sua limitação, então, a razão humana é limitada. Portanto, crer na onipotência da razão individual ou de um determinado grupo, como prega o racionalismo, o iluminismo, é um acto de fé irracional na razão.<sup>69</sup>

Diz Popper: "A atitude racionalista fundamental baseia-se numa decisão irracional, ou numa fé na razão. A fé na razão, inclusive na razão dos outros, implica a ideia de imparcialidade, de tolerância, de rejeição de toda pretensão autoritária.

A pergunta justa de teoria da política não é: "Quem deve comandar?", porque nenhum homem, nenhum grupo, nenhuma raça e nenhuma classe pode arrogar-se o direito natural de domínio sobre os outros. A pergunta certa será antes: Como é possível controlar quem comanda e substituir os governantes sem derramamento de sangue?"<sup>70</sup>

**JAIAC BALMES (1810-1848):**

As funestas teorias de Kant não poderiam deixar de provocar efeitos desastrosos. Data desde então o extravio filosófico da Alemanha: por um lado, o cepticismo mais dissolvente; por outro lado, o dogmatismo mais extravagante exposto por meio de sistemas monstruosos.

Kant reduz toda a ciência a fenômenos sensíveis e, como a estes não confere sequer a autoridade da extensão e da sucessão, uma vez que faz do espaço e do tempo meras formas subjectivas, decorre que toda a ciência é subjectiva, sem objectividade adicional que a da mera aparência ou puramente fenomenal. Assim tudo se resume ao “Eu”; o entendimento é que confere a lei: “Não é apenas a faculdade de estabelecer leis comparando fenômenos; é mesmo a legislação para a natureza, quer dizer, sem o entendimento não existiria natureza ou unidade sintética da diversidade dos fenômenos segundo certas regras...”<sup>19</sup>

“Todos os fenômenos como experiência possível estão a priori no entendimento e dele extraem a sua possibilidade formal; de igual modo, estão a título de puras intuições na sensibilidade, e apenas por meio dela adquirem forma.”<sup>19</sup>

Quaisquer que sejam as explicações com que Kant tenha pretendido atenuar as consequências dos seus princípios, a verdade é que neles se encontra a semente do erro. O germinar dessa semente já não iria ser impedido pelo filósofo de Königsberg. No estudo das suas obras fundaram-se os metafísicos alemães; a filosofia do “Eu” estava na Crítica da Razão Pura. De Kant a Fichte vai apenas um passo.<sup>71</sup>



## C – BENTO XVI



*A verdade significa mais do que saber: o conhecimento da verdade tem como finalidade o conhecimento do bem.*<sup>75</sup>

BENTO XVI (Joseph Aloisius Ratzinger, 1927 - ):<sup>76</sup> “Não agir segundo a razão é contrário à natureza de Deus. A convicção de que agir contra a razão está em contradição com a natureza de Deus é exclusivamente um pensamento grego, ou vale sempre e por si mesmo? Penso que neste ponto se manifesta a profunda concordância entre aquilo que é grego, no melhor sentido da palavra, e aquilo que é fé em Deus, fundamentada na Bíblia. No fundo, trata-se do encontro entre a fé e a razão, entre o autêntico iluminismo e a religião. O Deus verdadeiramente divino é aquele Deus que se mostrou como logos e, como logos, agiu e age – No princípio era o logos e o logos é Deus, diz-nos São João.

A deselenização emerge primeiro em ligação com os postulados da Reforma do século XVI. Considerando a tradição das escolas teológicas, os reformadores vêem-se diante de uma sistematização da fé condicionada totalmente pela filosofia; isto é, perante uma determinação da fé a partir de fora, em virtude de um modo de pensar que não derivava dela. Assim a fé já não se apresentava como palavra histórica viva, mas como elemento inserido na estrutura de um sistema filosófico.

Aparecendo a metafísica como um pressuposto derivado de outra fonte, seria necessário libertar dela a fé, para fazê-la voltar a ser totalmente ela mesma. Quando Kant afirmou que teve de pôr de lado o pensar para dar espaço à fé, ele procedeu fundado neste programa e com um radicalismo imprevisível para os reformadores.<sup>77</sup> Foi assim que ele ancorou a fé exclusivamente na razão prática, negando-lhe totalmente o acesso ao conjunto da realidade.

Na base encontra-se a autolimitação moderna da razão, expressa de maneira clássica nas "críticas" de Kant, posteriormente radicalizada pelo pensamento das ciências naturais. Este conceito moderno da razão baseia-se numa síntese entre platonismo (cartesianismo) e empirismo, que o sucesso técnico confirmou.

Por um lado, pressupõe-se a estrutura matemática da matéria, por assim dizer, a sua racionalidade intrínseca, que torna possível compreendê-la e usá-la na sua eficácia

operacional: este pressuposto básico é, por assim dizer, o elemento platónico no conceito moderno da natureza.

Por outro lado, trata-se da utilização funcional da natureza para as nossas finalidades, onde só a possibilidade de controlar a verdade ou a falsidade através da experiência é que fornece a certeza decisiva. O moralismo subjectivista de Kant, baseado numa fé desvinculada do pensamento, mas centrada na razão prática, nega à fé todo o acesso à realidade.

Contudo, é importante para as nossas reflexões o facto de que o método como tal, exclui o problema de Deus, apresentando-o como um problema acientífico ou pré-científico. Portanto, com isto, encontramos-nos diante de uma redução do leque da ciência e da razão que é obrigatório pôr em questão. Neste momento é suficiente ter presente que, numa tentativa de conservar o carácter de disciplina "científica" da teologia à luz desta perspectiva, do cristianismo restaria apenas um miserável fragmento. Mas devemos dizer mais: se a ciência no seu conjunto é apenas isto, então é o próprio homem que, com isto, sofre uma redução. Porque nesse caso, as questões propriamente humanas, isto é, «de onde venho» e «para onde vou», as questões da religião e do ethos, não podem ter lugar no espaço da razão comum, tal como a descreve uma «ciência» assim entendida, devendo ser transferidas para o âmbito do subjectivo.

O sujeito decide, com base nas suas experiências, o que lhe parece religiosamente sustentável, e a «consciência» subjectiva torna-se, em última análise, a única instância ética. Desta forma, porém, o ethos e a religião perdem a sua força de criar uma comunidade e caem no âmbito da discricionariedade pessoal. O que permanece das tentativas de construir uma ética partindo das regras da evolução ou da psicologia e da sociologia, é simplesmente insuficiente”.



Ainda Bento XVI:<sup>78</sup>

“A Europa desenvolveu uma cultura que, de forma até agora desconhecida da humanidade, exclui Deus da consciência pública. As modernas filosofias iluministas caracterizam-se por ser positivistas, anti-metafísicas. Daí resulta que o homem não admita nenhuma outra instância moral exterior aos seus cálculos e que, o conceito de liberdade que parecia estender-se sem limites, acabe por levar à destruição da liberdade e da vida. Embora pareçam inteiramente racionais, estas filosofias não são a

voz da razão, até porque são temporal e culturalmente vinculadas à situação actual do Ocidente. É preciso afirmar que estas filosofias iluministas são incompletas, porque cortam conscientemente as suas raízes históricas, perdendo as fontes nascentes de onde elas próprias surgiram, essa memória fundamental da humanidade sem a qual a razão perde orientação.

A perda da tradição acarreta a perda de normas invioláveis, tudo passa a ser possível. Aquilo que conta é só eu e o instante presente. Quando o homem coloca o seu egoísmo, o seu orgulho e o seu conforto acima da exigência da verdade, aquilo que é adorado já não é Deus, mas sim os ídolos, a aparência e a opinião corrente. Aquilo que é contra-natura torna-se norma; o homem que vive contra a verdade vive também contra a natureza. Os laços entre homem e mulher, entre pais e filhos, dissolvem-se. Já não é a vida que reina, mas sim a morte. Forma-se uma civilização de morte. As palavras de São Paulo em Rom 1, 21-32 surpreendem-nos pela sua actualidade.<sup>79</sup>

Hoje não existe um saber fazer separado do poder fazer, pois isso seria contra a liberdade que é o valor supremo absoluto. A separação radical das suas raízes, conduz a filosofia iluminista a um prescindir do homem. No fundo o homem não tem liberdade nenhuma, dizem os cientistas, pois ele não deve acreditar que é diferente dos outros seres vivos e, portanto, deve ser tratado como eles. Esta filosofia não exprime a razão acabada do homem, mas apenas parte dela e, por via desta mutilação da razão, não é possível de modo algum considerá-la racional.

A recusa da referência a Deus não é uma expressão de uma tolerância que pretende proteger as crenças não teístas e a dignidade de ateus e agnósticos, mas antes expressão de uma vontade que pretende ver Deus apagado da vida pública da humanidade e atirado para a esfera subjectiva de culturas do passado. O relativismo torna-se assim um dogmatismo que se julga em poder do conhecimento definitivo da razão e de considerar tudo o resto como um mero estadio ultrapassado da humanidade.

A verdade moral, como verdade do valor único e irrepetível da pessoa feita à imagem de Deus, é uma verdade plena de exigências à minha liberdade. Decidir olhar para o seu rosto é decidir converter-me, deixar-me interpelar, sair de mim, abrir espaço ao outro. “Sereis medidos com a medida com que medirdes.” O olhar que dirijo ao outro decide a minha humanidade.”

“É uma arrogância do intelecto dizermos: Isto tem em si algo de discrepante, de absurdo. Por isso, não é possível.”<sup>80</sup>





## VII - Notas Finais e João Paulo II

*“Um homem não nasce homem, torna-se homem, por meio de uma educação apropriada, que o transforme num ser racional livre, orientada para o futuro melhor da humanidade”, Kant.*

Uma das objecções ao capítulo que escrevemos sobre a moral de Kant, foi a de considerarmos apenas a primeira parte da formulação do imperativo categórico.

A Segunda Parte do Imperativo Categórico:

*“Age de tal forma que trates a humanidade, na tua pessoa ou na pessoa de outrem, sempre como um fim e nunca apenas como um meio.”*

Qualquer pessoa que leia a Fundamentação para a Metafísica dos Costumes, de Kant (mesmo aquelas que não têm necessidade de a ler dez vezes),<sup>81</sup> seguramente se depara com a questão sobre o que terá levado Kant a estender a sua definição de imperativo categórico. Será que esta segunda parte não contém ou não está contida na primeira? O que terá levado Kant a insistir na definição, compondo-a?

À primeira abordagem, o enunciado parece conter muito nobres intenções. Dir-se-ia intenções muito cristãs, pois parece subentendido que todos e qualquer um dos homens são irmãos. Será essa a única interpretação possível ou existe outra interpretação nas entrelinhas, só para “iluminados”?

O nosso Mestre diz que se conhece uma árvore pelos seus frutos. Os de Kant foram o nacional-socialismo, o socialismo, o liberalismo nos costumes e na finança (também por influência de Hume). Em todos, uma elite iluminada põe e dispõe da maioria da população. Ora, isso deve-nos fazer suspeitar...

Dividamos o enunciado em duas partes e apuremos os conceitos. Na primeira parte fala-se de humanidade. Humanidade implica duas dimensões: o conceito de “todos os homens” e o conceito de “valor colectivo”, pois todos os homens são tomados de forma homogénea, como tendo um conjunto de valores partilhado.

Poucas serão as pessoas que acreditarão que a humanidade quanto aos seus valores, à sua tradição, à sua cosmovisão, possa ser considerada como um todo. Por isso existem nações, partidos políticos, confissões religiosas e cepticismo. Quanto à origem, aos caminhos e ao destino último, não podemos falar de humanidade como um todo homogéneo. O mundo encontra-se entre a palma e a espada.

Como disse Chesterton, “O mundo inteiro está em guerra para saber se uma determinada coisa é uma superstição devoradora ou uma esperança divina”.<sup>82</sup>

Na segunda parte fala-se de homem. Para Kant, ninguém nasce homem. Tal só se consegue por meio da administração de uma educação “adequada”, que “liberte” ou “ilumine” o homem. A saída do homem da sua menoridade faz-se pelo “esclarecimento”, que é a rejeição das “trevas medievais” e do “dogma das religiões”, para fazer uso exclusivo da razão. Hume diria “acordar do sono dogmático”. Só este homem é de facto racional, só este homem é um legislador, só este homem projecta a sua razão no mundo numérico. Na teoria do conhecimento o homem não atinge a coisa em si; mas na moral, este homem numérico, munido de uma razão “emancipada” que está no mundo numérico atinge a coisa em si, ou seja, a sua moral é indiscutível - é um dogma!

Portanto, crianças, analfabetos, homens com crenças religiosas, não atingem o estado de “maioridade” e não poderão ser considerados seres racionais livres - portanto, a maioria das pessoas. Estes homens “devem ser educados”, encontrando-se, por ora, fora do âmbito da humanidade ou do homem, tido como ser racional livre e, deste modo, fora do âmbito do imperativo categórico.

Logo, implicitamente, a maioria das pessoas podem ser usados, não como um fim, mas como um meio. É Kant quem o diz e mais ninguém. Basta ler, pensar e observar qual tem sido o resultado desta filosofia e em que é que ela se distingue da moral cristã.

A crença de Kant de que apenas um indivíduo educado “de certa forma” se torna “homem” aliada à crença de que a educação deve ser orientada para “um progresso universal da humanidade rumo ao melhor”, essa crença cega num futuro fixo e virtuoso e no progresso, remete-nos para uma questão tão cara aos iluministas: a escola pública e os seus limites. Deverão os programas lectivos da escola pública obedecer a um cânone centralizado e orientado pelo Estado? E a que princípios deve obedecer essa orientação? Será lícito ao Estado, por meio de impostos sobre todos os contribuintes, financiar por completo as despesas de uma Escola Pública orientada por valores que consideram os valores religiosos como algo a abater?<sup>83</sup>

“Sugere Kant que a forma de um imperativo categórico é que o indivíduo deve agir apenas de acordo com uma máxima que se possa simultaneamente querer como lei universal, i.e., o princípio racional que deve governar a vontade. Isto, deve sublinhar-se, não é uma máxima, ou princípio de ação em si, mas apenas estabelece a forma que tais máximas devem assumir. Daí que a pessoa que argumenta que é correcto romper as suas promessas se quiser, estabelece como lei universal de acção que quebrar promessas é aceitável. Se houvesse essa lei universal, e se fosse seguida, é provável que a instituição da promessa deixasse de existir por causa da sua vacuidade. Não é claro, contudo, que o homem que isso quer, tenha cometido algo parecido com uma contradição. Isto significa que a força da razão prática permanece obscura e a discussão sobre ela e a sua utilidade tem continuado desde então.”<sup>84</sup>

A segunda nota vai para os iconoclastas. Confesso que faz alguma perplexidade observar na Hagia Sofia (a antiga Catedral de Santa Sofia) em Istambul, a mesma fúria iconoclasta que se observa em Amesterdão ou em Hamburgo. Parece que ela se relaciona de algum modo com o unitarismo. Afinal, Cristo ou Issa, também é venerado no Islão e no mundo da Reforma. Mas algo, na fúria iconoclasta, deve ultrapassar as razões que Kant encontrou – a questão do conceito de Presença e do intelecto intuitivo. Parecem justificações, não razões.



Tudo parece centrado na figura de Cristo.

Afinal se Cristo for apenas um homem, não existe qualquer razão para estar nos altares; se Cristo for apenas Espírito, Dele não devem ser feitas imagens. Mas, se Cristo for simultaneamente Deus e homem, aí tudo muda de figura. Dele podem ser feitas imagens, bem como de sua mãe e de todos os seus amigos. Tal como na nossa casa. A moral do exemplo pode suplantar a moral do dever. O IV Concílio de Latrão, em 1215, concluiu que entre o Espírito Criador de Deus e a nossa razão criada, as diferenças são infinitamente maiores que as semelhanças, mas não ao ponto de abolir a analogia e a linguagem.

Ora, as heresias geralmente rompem este equilíbrio e, ou caem para um homem semelhante a Deus, ou caem para um homem totalmente desvinculado de Deus. Desde que a Igreja se constituiu, ela teve sempre que manter uma tremenda disciplina doutrinal face a várias heresias, sobretudo de origem gnóstica – as mais recorrentes ao longo da História são a de que Cristo é apenas espírito, como a heresia albigense, ou a de que Cristo é apenas homem, como a heresia ariana e o Islão.

Ludwig Fierbach, na origem do ateísmo marxista, diria que a grande tentação é reduzir o que é divino ao que é humano, mas Paulo<sup>85</sup> diria que a “provocação” vem do próprio Deus, pois Ele realmente se fez Homem no Seu Filho e nasceu da Virgem Maria. A auto-revelação de Deus ocorre em especial na sua “humanização.”<sup>86</sup> “Mostra-nos o Pai? (...) Crede-me ao menos pelas obras. (...) Eu e o Pai somos um.”

“Podia Deus ir mais longe na sua condescendência, na sua aproximação do homem e das respectivas possibilidades cognitivas? Na realidade, parece que Deus terá ido tão longe quanto possível. Mais além não poderia ter ido. Em certo sentido, Deus foi longe demais!

Cristo não se tornou, «escândalo para os judeus e loucura para os pagãos» (1 Cor 1, 23)? Precisamente porque chamava a Deus seu Pai, porque O revelava tão abertamente em Si próprio, não podia deixar de suscitar a impressão de que era demais...

O homem não era capaz de suportar tal proximidade e começaram os protestos. Este grande protesto tem nomes precisos: chama-se Sinagoga e, depois, Islão. “Deus deve permanecer absolutamente transcendente, pura Majestade, nunca ao ponto de pagar pelas culpas da Sua própria criatura.”

Nesta perspectiva, Deus revelou-se até demais, na Sua intimidade. Não olhou ao facto de tal revelação O poder ofuscar aos olhos do homem, porque o homem não é capaz de suportar o excesso de mistério: não quer ser invadido e subjugado”, João Paulo II.<sup>87</sup>

Terminámos o ensaio sobre Kant. O objectivo deste ensaio não foi o de resolver o intrincado puzzle de Kant, mas antes o de formular novos enigmas, suscitar novas questões. O objectivo não foi, nem nunca será, o da conversão de quem quer que seja. Não temos da conversão uma ideia de imposição externa, nem de inevitabilidade, antes de uma escolha interna em perfeita autonomia e liberdade.

O objectivo foi desarmar todos aqueles que, milhares de anos após o Sinai, após Epicuro e os estóicos, após a discussão entre Paulo e os sábios em Atenas, no Areópago, persistem em colar aos católicos o rótulo de ignorantes.

O objectivo foi demonstrar a esses sofistas que não são mais iluminados que os crentes. Que em Kant se encontram infinitamente mais contradições do que em Cristo.

O objectivo foi demonstrar que um homem que toma a razão como sinónimo de ciência e vice-versa, não só acaba excluído da arte, da música, da filosofia ou da teologia, como acaba limitado nos limites da própria ciência. Por isso este sofista, dentro da caixa do seu mecanicismo, acaba não só a duvidar da razão, como de si próprio e dos outros; descrente do seu próprio universo, agarra-se à crença em “universos paralelos”.

André Malraux dizia que o século XXI seria o século da religião ou não seria nada.



## Referências e Notas

<sup>1</sup> Art d'Arriver au Vrai, Philosophie Pratique, Jaime Balmes, 5ème ed, August Vaton, Paris, 1860

<sup>2</sup> Rafael Gamba, História Sensilla de la Filosofia. Ediciones Rialp, SA, Madrid, 1991.

Os sofistas ensinavam que todo e qualquer argumento poderia ser refutado por outro argumento, e que a validade de um dado argumento residiria na verosimilhança (aparência de verdadeiro, mas não necessariamente verdadeiro) perante uma dada plateia. Dada sua alta capacidade de argumentação os sofistas são considerados os primeiros advogados do mundo. São também considerados por muitos os guardiões da democracia na Antiguidade, na medida em que aceitavam a relatividade da verdade. Hoje, a aceitação do "ponto de vista alheio" é a pedra fundamental da democracia moderna.  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_sof%C3%ADstica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sof%C3%ADstica)

<sup>3</sup> Christopher Want, Kant for Beginners, ed Richard Appignanesi, 1996.

<http://hotfile.com/dl/170262997/2a032cc/Kant%20para%20principiantes.pdf>

<sup>4</sup> Ladislau Mittner, Storia della Letteratura Tedesca, Dal Pietismo la Romanticismo, Giulio Einaudi Editori, Milano, 1964.

Lutero aliou-se aos Príncipes contra o movimento camponês místico e irracionalista, dando origem ao luteranismo ligado e submetido ao Estado. Nasceu assim um protestantismo racionalista, que procurava dar uma interpretação da Escritura mais por meio da pesquisa "científica" dos textos sagrados do que pela inspiração pessoal, que os anabaptistas atribuíam à inspiração do Espírito Santo. Desde então, formaram-se duas correntes no protestantismo:

1 - Uma corrente racionalista, "científica", eclética, do protestantismo, que procurava conhecer os mistérios da Bíblia por meio de uma hermenêutica fundamentada na pesquisa linguística e histórica nos textos sagrados;

2 - Uma segunda corrente mística e irracionalista, que pretendia ser guiada directamente por inspiração do Espírito Paráclito, e que iria dar origem às seitas mais radicais, comunistas e carismáticas, do protestantismo.

Foi nesta segunda corrente, que surgiu a figura mística do sapateiro Jacob Boehme, cujos escritos — profundamente eivados pela Cabala de Isaac Luria de Safed — vai ter uma influência decisiva e profunda no processo religioso, filosófico, artístico e científico de todo o Ocidente.

Foi dos escritos gnóstico-cabalísticos de Jacob Boehme que nasceu o Pietismo de Spenner, o qual, por sua vez gerou a Filosofia Idealista alemã e o Romantismo. Kant, Herder, Haman, Goethe, Schelling, Schleiermacher, Novalis, Hegel, foram de origem pietista.

<sup>5</sup> Orlando Neves, 80 Vidas que a Morte não Apaga, Público, 1997, pp. 57-60.

<sup>6</sup> GK Chesterton, The Barbarism of Berlin, 1914.

<sup>7</sup> Jaime Balmes, Filosofia fundamental, 1852.

<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nnc1.1000117374;view=1up;seq=12>

<sup>8</sup> G.Mayos, Gonçal. Filosofía; Curso de preparación para la prueba de acceso a la universidad para mayores de 25 años, Barcelona: EducaciOnline, 2008, pp. 1-35.

<sup>9</sup> I. Kant, Religião só Dentro dos Limites da Razão, 1793

<sup>10</sup> Os teólogos católicos e as Escrituras sempre expressaram que Deus está presente em toda a parte, o que inclui o Inferno e que a recíproca não é verdadeira. Mas aqui o que está em causa não é se se admite a existência de Deus ou do demónio, o que aqui está em causa é a definição do conceito do ser, se existe possibilidade de uma oposição dialéctica entre dois seres antagónicos relativamente a todas as suas qualidades e, como se demonstrou, tal não é possível. Não se trata aqui de uma afirmação de fé, trata-se de uma formulação lógica filosófica que respeite o princípio da não contradição. Como vemos, para Kant a presença/ausência é uma dialéctica, um maniqueísmo, mas ele comete um erro que contamina todo o restante raciocínio.

<sup>11</sup> Os contemporâneos de Newton (1642-1727) concluíram erradamente que o processo científico estava completamente esclarecido. Daí em diante, qualquer descoberta científica apenas se somaria às anteriores, dentro do edifício mental formulado por Isaac Newton. A teoria da relatividade de Einstein e a teoria quântica, como veremos a propósito da crítica de Karl Popper, desmentiram completamente esta convicção.

<sup>12</sup> Para Lineu (1707-1778), a história da natureza é mais antiga do que sugerido pela cronologia bíblica. Como sabemos, com a Reforma e a Sola scriptura passou a existir uma interpretação literal da bíblia, que dispensa intermediários. Com a Reforma ignora-se o postulado de São Tomás de Aquino que expressa que se algo na bíblia vai contra a ciência e a razão, então o sentido que colhemos não é correcto e deve estar expresso um sentido metafórico. Ainda hoje existem várias confissões protestantes que lutam, na América, para que se ensine nas escolas da comunidade que o mundo tem seis mil anos. Dizia Chesterton que só quando a bíblia foi distribuída profusamente é que ela começou a ser tomada literalmente.

<sup>13</sup> Revolução Copernicana de Kant: Kant cria um cisma entre o homem e a sua consciência, entre o sujeito e o objecto do conhecimento. A consciência deixa de ser algo de inato ou transcendente e também de empírico (tornar-se consciente deixa de significar adaptar-se ao objecto em si, visto que tal não é possível).

Kant tenta provar que quer os inatistas (os racionalistas, que consideram certas ideias inatas na alma) quer os empiristas estavam errados. Ou seja, os conteúdos do conhecimento não são inatos, nem são adquiridos pela experiência. Kant postula, que a razão é inata, mas é uma estrutura vazia e sem conteúdo, que não depende da experiência para existir. A razão fornece a forma (continente) do conhecimento e a matéria (conteúdo) é fornecida pela experiência, a imaginação. Desta maneira, a estrutura da razão é inata e universal, enquanto os conteúdos são empíricos, obtidos pela experiência. Baseado nestes pressupostos, Kant afirma, que o conhecimento é racional e verdadeiro.

<sup>14</sup> Reale G., Antiseri D., História da Filosofia, vol. II, cap. IV, pp. 358, Paulus Editora, São Paulo, 2005.

<sup>15</sup> Acontece que uma fotografia tem um limiar de detecção, por exemplo, não é habitual observar os mosquitos em brochuras de paragens paradisíacas, e isso não significa que não existam, mas Kant recusa considerar este assunto como racional e empurra-o para um mundo virtual, o mundo numenal. Se não existe no nosso conhecimento, então não existe. Hoje diríamos, como Taft, "se passou nos media aconteceu, se aconteceu mas não passou nos media, então não aconteceu".

<sup>16</sup> O filósofo brasileiro Olavo de Carvalho tem uma interessantíssima aula sobre Kant onde precisamente desmonta esta ilusão.

<sup>17</sup> Segundo o filósofo, não se pode conhecer a realidade das coisas e do mundo, o que ele chama de númeno, "a coisa em si". A razão humana, só pode conhecer aquilo que recebe as formas (cor, tamanho, etc.) e as categorias (elementos que organizam o conhecimento) do sujeito do conhecimento, isto é, de cada um de nós. A realidade, portanto, não está nas coisas (já que não as pode conhecer em última análise), mas em nós. Assim, vê-se o mundo "filtrado e processado" pela nossa razão, depois que as percepções passaram pelas categorias. A realidade é sempre e apenas subjectiva porque depende de cada um de nós.

<sup>18</sup> Agora suponhamos a teoria de Kant sobre os limites do conhecimento humano: como podemos estar certos de que aquilo de que formulamos uma imagem, relativamente ao que Kant escreveu, corresponde exactamente ao que Kant escreveu? Como podemos estar certos do objecto que é a Crítica da Razão Pura? Que fenómenos poderá provocar esse objecto nos nossos sentidos que nos leva a formar uma imagem de interpretação cognitiva na nossa mente por forma a estarmos seguros de que a coisa em si, Crítica da Razão Pura, que Kant escreveu é a imagem que formamos dela? Nós não temos qualquer meio de saber ao certo aquilo que Kant realmente escreveu, nós só formamos uma imagem daquilo que ele escreveu. Trata-se do mesmo problema. O suicídio do pensamento.

<sup>19</sup> I. Kant, Estética Transcendental, Crítica da Razão Pura, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª ed., 2001.

<sup>20</sup> Júlio Esteves, Kant e a Possibilidade de Intuição Intelectual Para Seres Racionais Finitos. O Que Nos Faz Pensar, nº19, 2006.

<sup>21</sup> Étienne Gilson, L'Être et L'Essence, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1994.

<sup>22</sup> Reale G., Antiseri D. História da Filosofia, vol. 4, De Spinoza a Kant, pp. 351, 2ª ed. 2007, Paulus, 2004, São Paulo.

<sup>23</sup> I. Kant, Crítica da Razão Pura, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª ed., 2001.

<sup>24</sup> Na primeira secção da crítica da razão pura, A Estética Transcendental, que significa a sensação dos númenos, Kant deixa bem claro de que não se preocupa com o que os dados podem ser nem com o que representam. Apenas se preocupa com a sua forma, como são formados na mente humana. Aliás, fruto da sua noção de que não existe o conceito de presença, o objecto em si ou númeno pode muito bem não existir e, desse modo, a imagem ou representação pode, de facto, representar o objecto ou ser ela própria o objecto, isto é, existir sem aquilo que deveria representar - Kant oscila entre a afirmação de que o mundo numenal "é" ou de que "não é". Na verdade, fica-se pela afirmação de que nada se pode dizer sobre o

mundo numenal- a sua influência empirista não desaparece de todo e a formulação de que tudo o que conhecemos pode ser virtual, uma ilusão, não é eliminada totalmente do seu raciocínio.

Kant denomina a percepção como imaginação e o reconhecimento como entendimento, como se os dados entrassem em prateleiras pré-formatadas na mente como a água entra num recipiente adoptando a forma do recipiente, as formas:

Formas da sensibilidade: Espaço e Tempo

Formas do entendimento: Categorias

[substância (homem), quantidade (1,80m), qualidade (negro), relação (triplo), lugar (casa- mas casa pode cair em substância e Kant não justifica a antinomia), tempo (hoje), posição (erecto), posse (tem camisa), acção (corre), passividade (é cronometrado)].

Estas formas a priori alteram o dado recebido de forma que o conhecimento recebido não é o da coisa em si, mas o resultado do que o sujeito captou da coisa mais o que o sujeito colocou na coisa.

<sup>25</sup> Job, 38, 4. Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), 9ª ed., Lisboa, 1981.

<sup>26</sup> Existe algo da nossa experiência com essas características, i.e., em que a realidade não está nas coisas mas em nós, que pode ser usado como refutação simples: o mundo onírico. Nos sonhos, as imagens da nossa vida real são tomadas como objecto; objecto para as imagens dos sonhos. Mas a distinção entre sono e vigília assenta em pressupostos:

- a continuidade temporal (presente apenas na vigília),
- a universalidade (alguém me viu ontem a jantar, mas ninguém sabe o que eu sonhei),
- o nexos causal ou princípio causa-efeito (só nos sonhos eu nunca morro),
- o princípio da não contradição (só nos sonhos posso ser simultaneamente solteiro e casado),
- a localização no espaço e no tempo (se o espaço e o tempo apenas existissem dentro da nossa cabeça, por que razão nos sonhos não existe continuidade espaço-temporal, uma vez que vêm “de dentro?”).

Será um exagero afirmar que, por vezes, estes filósofos sonham acordados?

<sup>27</sup> Carta a Marcus Herz, Fevereiro de 1772.

Kant explica:

1- Ser casado significa ser não solteiro, ou seja, o efeito (ser casado) está contido na causa (ser não solteiro), é um juízo (analítico) a priori.

2- Mas no exemplo de o João é casado, o predicado (a qualidade ou característica) já não está contido no sujeito, pois nem todos os Joões são casados. É um juízo sintético a posteriori.

3- Os juízos sintéticos a priori devem ser rigorosamente independentes da experiência. Dá como exemplo os juízos matemáticos,  $2+3=5$ . O cinco encontra-se ligado ao 2 necessariamente pela operação + e pelo número 3. São universais e necessários e



independem da experiência. Kant afirma ser este o domínio da matemática, da física e da metafísica.

a) É muito discutível que a álgebra e o cálculo matemático não resultem da experiência. A invenção do zero pelos árabes, ou, mais correctamente, pelos persas, é um exemplo elucidativo.

b) A operação exemplificada é universal e necessária porque foi efectuada com números ímpares. Vejamos o caso dos números pares,  $2+2=4$ . Será que 4 se relaciona com o número dois necessariamente pela operação  $+$ ? Não. Também a operação  $\times$  os relaciona do mesmo modo. Pode argumentar-se que a multiplicação é, na verdade uma adição sucessiva de parcelas semelhantes. É verdade, mas implica um conceito adicional.

<sup>28</sup> Júlio Esteves. O Papel da Intuição e dos Conceitos nas Teorias Kantianas da Geometria. *Studia Kantiana* 14 (2013):34-54.

<sup>29</sup> Jaime Balmes, *El Criterio*, A. Brusi, 1845: <http://dfists.ua.es/~gil/elcriterio.pdf>.

<sup>30</sup> I. Kant, *Crítica da Razão Prática*, Edições 70, Lisboa, 2001.

<sup>31</sup> “A história da vida de Immanuel Kant é difícil de retratar, porque ele não teve vida nem história. (...) O levantar de manhã, beber o café, escrever, leccionar, jantar, caminhar, tudo tinha o seu tempo preciso. Caminhava na pequena rua de tília, desde então chamada “O Passeio do Filósofo”, de verão e de inverno, acima e abaixo por oito vezes, e quando o tempo pesado prognosticava chuva, os locais observavam o seu criado Lampe, com um grande chapéu de chuva debaixo do braço, como se fosse a imagem da Providência.

“Que estranho contraste reside entre a vida exterior deste homem e os seus pensamentos destrutivos e destruidores do mundo! Se os habitantes de Königsberg tivessem o mínimo vislumbre do alcance das suas ideias, sentiriam um arrepio metálico mais frio do que na presença de um carrasco, que apenas pode matar o corpo. Mas o povo simples via nele apenas um professor de filosofia e, quando ele passava à hora habitual, saudavam-no de forma amistosa e acertavam os seus relógios por ele.” Heinrich Heine (1797-1856), *História da Religião e Filosofia na Alemanha*, ed. Madras, Brasil.

<sup>32</sup> I. Kant, *Was ist Aufklärung?*, *Berlinische Monatsschrift*, 1784.

<sup>33</sup> 1 Cor 13, 1-13 e 2 Tim 3, 1-6.

<sup>34</sup> Charles Dickens, *A Christmas Carol*, 1843.

<sup>35</sup> Filme *Inside Job*, Charles H Ferguson, 2010.

<sup>36</sup> Marx-Engels, *Selected Works*, (Moscow, 1958), Vol. 2, p. 300. Marx-Engels, *Collected Works*, London, 1975.

Courtois, Stéphane et al, *O Livro Negro do Comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

<sup>37</sup> A antinomia da Razão Prática: ligar a felicidade e a virtude seria suprimir a liberdade; ou seja suprimir a possibilidade de se ser feliz praticando a iniquidade.

<sup>38</sup><http://www.jstor.org/discover/10.2307/40337829?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102642680703>

[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=5&ved=0CEgQFjAE&url=http%3A%2F%2Frepositorium.sdum.uminho.pt%2Fbitstream%2F1822%2F8854%2F1%2FO%2520conhecimento%2520%25C3%25A0%2520luz%2520do%2520m%25C3%25A9todo%2520transcendental.pdf&ei=TM4xUu\\_-GoeB7Qbc-oGYDA&usg=AFQjCNFozB\\_ZdtOnOr6jo2izmXttlq5Utg](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=5&ved=0CEgQFjAE&url=http%3A%2F%2Frepositorium.sdum.uminho.pt%2Fbitstream%2F1822%2F8854%2F1%2FO%2520conhecimento%2520%25C3%25A0%2520luz%2520do%2520m%25C3%25A9todo%2520transcendental.pdf&ei=TM4xUu_-GoeB7Qbc-oGYDA&usg=AFQjCNFozB_ZdtOnOr6jo2izmXttlq5Utg)

[http://en.wikipedia.org/wiki/Karl\\_Rahner](http://en.wikipedia.org/wiki/Karl_Rahner)

<sup>39</sup> Se pensarmos bem, é uma admissão velada de que o homem não age eticamente apenas por dever, mas porque “faz sentido” a existência de Deus e da alma, e de que as leis morais não são simplesmente mecânicas.

<sup>40</sup> Rafael Gamba, *História Sensilla de la Filosofia*. Ediciones Rialp, SA, Madrid, 1991.

Na verdade, os empiristas como Berkeley tiveram de solucionar o problema das imagens persistirem além da morte do sujeito. Ou seja, embora uma mesa desapareça para o sujeito que morre, ela persiste para os outros sujeitos vivos (os empiristas não foram tão longe que admitissem que cada ser humano vivia num universo absolutamente independente e autónomo). O único meio de estabelecer essa conexão entre os vários mundos interiores e assegurar a permanência da mesa é admitir que todos os seres humanos estão com a mente conectada a uma mente cósmica.

<sup>41</sup> I. Kant, *A Religião Dentro dos Limites da Simples Razão*, 1783. Piero Coda, *A Proposito dell'Insostenibile Antinomia della Cristologia Kantiana*, Lateranum, 1, pp 113-145, 1989.

“Quando se me apresenta que um ser, que está de posse da mais alta felicidade, se submete à mais profunda miséria para fazer participar desta felicidade criaturas merecedoras de castigo, sinto-me levado à mais alta veneração e reconhecimento a seu respeito. Mas logo que creio que isto é para mim um ganho, que me autoriza a não satisfazer eu mesmo à eterna justiça, recaio na baixaza da subserviência.

Quando, porém, a razão me diz que este ser deve servir-me efectivamente como exemplo para eu me elevar ao mesmo nível de moralidade e que eu devo encontrar em mim a disposição de me tornar como ele é, isto é de tal modo estimulante para a alma, que toda a fraqueza da minha natureza desaparece, a ponto de ser capaz de me entusiasmar por tal ideia. Este deus em nós é aquele diante do qual se dobra todo o joelho sobre a terra.”

<sup>42</sup> Antonio Banfi, *Risposta prima, Cristo-Dio, Inchiesta, Doxa*, 1928.

<sup>43</sup> Silvano Zuca. *Cristo na Filosofia contemporânea*, vol 1, ed Paulus, SP, Brasil, 2003 cita C. Fabro. *L'eliminazione dell'Uomo-Dio nel pensiero moderno. Il Cristo dei filosofi*.

“Antes de Cristo bastava a posição de Sócrates de aspirar à verdade com paixão infinita: a verdade como subjectividade da aspiração infinita. Depois de Cristo, é necessário para todo o homem decidir-se por ou contra Cristo: há um facto histórico objectivo que é decisivo para a própria salvação eterna. (...) Há, portanto, para a razão “um salto” que é um facto da vontade iluminada e a isto chama-se acto de fé.”

<sup>44</sup> Na primeira crítica, Kant submete a razão ao critério do entendimento, mediante o esquematismo, “uma arte encerrada nas profundezas da alma humana, cujos verdadeiros

modos de actividade é pouco provável que a natureza alguma vez permita descobrir e que venham a revelar-se ao nosso olhar.”

Entende-se? É de crença que aqui se trata...

Nesta segunda crítica, Kant submete o entendimento (e a imaginação) à razão. Trata-se de uma inversão de processos e a razão torna-se ela própria lei, a moralidade superior. Aqui é representação e essência, outra excepção! A razão funciona como ausência de qualquer razão ou objectivo superior (nomeadamente a busca contínua do homem de um sentido para a existência).

<sup>45</sup> Se, para Kant, o único conhecimento científico válido é o conhecimento obtido por experiência que não se modifica com o tempo (sintético a priori), onde vai Kant buscar as bases empíricas da sua construção? Como obteve Kant o seu conhecimento e como poderemos nós colocar à prova a sua formulação? Se, por outro lado, como parece evidente, a formulação das suas críticas não tem base na experiência, são colocadas em causa pelo tempo e não são universais, então, pela sua própria definição, as suas críticas não são verdadeiro conhecimento.

<sup>46</sup> A consciência deixa de ter qualquer representação absoluta, deixando portanto o conceito metafísico de ser comum a todos os homens, isto é, a ideia de que todos os homens têm noção do bem e do mal, e passa a ser algo inerente e variável com cada homem. Para se ter a liberdade, a razão passa a ser um númeno, algo transcendente, enquanto que a consciência passa a ser uma imagem.

A busca contínua do princípio objectivo que oriente a liberdade pelo entendimento, situa-se no campo da ilusão e da aparência. Razão prática significa o desentendimento do entendimento (!), a consciência da ausência absoluta de objectivo moral na faculdade da razão.

Trocado por miúdos, toda esta charada gira à volta de que o conceito de liberdade é absoluto, sem condições limitantes, sobretudo não submetida nem à virtude nem à felicidade.

<sup>47</sup> Sobre a razão na crítica da razão pura: A ausência da coisa em si permite que o entendimento faça uma representação de algo que lhe é exterior, isto é, a razão. A razão era uma mediação entre o entendimento e a coisa em si. Concluindo, a consciência do entendimento da ausência da coisa em si é, na verdade, uma consciência da ausência da razão. Pode dizer-se que o objectivo da crítica da razão pura é o luto por aquilo que a “coisa em si” deveria ter proporcionado ao entendimento, i.e., a razão - como se vê, linguagem muito simples que qualquer ignorante entende. Aprecie-se esta pérola da consciência da ausência da razão e do luto pela razão!

Na crítica da razão prática o ambiente já não é tão funesto. O entendimento já não está de luto pela razão. Porque a razão é “uma coisa em si”. Mas por ser “uma coisa em si”, i.e., um númeno, a sua existência é sacrificada. Mas alegremo-nos: o entendimento já não está de luto pelo sacrifício da razão, não tem desgosto, apenas dor e sofrimento. Este sofrimento é uma forma de êxtase e de exaltação do objecto ausente, a faculdade da razão. Complicado? Exalta-se a razão mas não se acredita na sua existência. Onde já ouvimos isto? Desconstrucionismo...

<sup>48</sup> Grundlegung zur Metaphysic der Sitten, Artur Buchenau und Ernst Cassirer, vol. IV, págs. 241-324, 1922, Berlin. (Fundamentação da Metafísica dos Costumes, 1875. Tradução: Paulo Quintela, 1960, Coimbra. Edições 70, 2007, Lisboa).

A liberdade é um conceito absoluto, próprio de um númeno. Por isso, o ser que define este tipo de relação entre entendimento e razão é um ser racional livre, atributos apenas do homem. A lei moral, resulta dessa relação muito peculiar entre a razão prática e a liberdade, e tem como sua única origem possível o homem...O sujeito não é apenas autor da lei, é-lhe também sujeito, porque, de facto, o homem apesar de pertencer ao mundo da razão numérica também habita neste reino sensível.

<sup>49</sup> Page, Leslie R.; Karl Marx and Critical Examination of his Works. Freedom Association, London, 1987.

<sup>50</sup> Confessiones, X, 23, 33: CCL 27, 173.

(Para Kant, se à recta intenção não corresponder um efeito louvável, não existe necessidade de alterar o comportamento- por ex., se eu contribuir para uma ONG em vez de doar dinheiro a um pedinte, mesmo que o meu dinheiro apenas sirva para alimentar o funcionamento burocrático da ONG, não necessito de alterar o sentido da minha doação; se o socialismo falhou, distribuindo pobreza e infelicidade, isso apenas significa que não se conseguiu pôr verdadeiramente em prática, mas que se deve continuar a tentar, pois o socialismo continua a ser uma louvável intenção).

<sup>51</sup> A ideia do pessimismo, de que nascer é mau (uma vez que o homem se corrompe na sociedade), de que todos os homens são maus: “o altruísmo e a compaixão só podem conduzir à infelicidade e ao fracasso de quem os pratica, porque cada pessoa apenas tem o seu próprio bem-estar no coração”.

“As emoções humanas representavam o mais radical fracasso da razão e do racionalismo, na medida em que tomam a ética como o aspecto supremo da humanidade, acima do conhecimento.”<sup>8</sup>

<sup>52</sup> Bíblia sagrada, 1 Rs 3, 7-10. Difusora Bíblica, 9ª ed., Lisboa, 1981.

<sup>53</sup> O que é característico destes filósofos que vêem o mundo com um olho só, é exagerarem o que há de peculiar em cada homem, ignorando o que é comum a todos os homens. Tomemos então o exemplo da impossibilidade de possuir o conceito do cheiro a rosa, apenas porque não estejamos seguros que todos os homens recolham da rosa o mesmo cheiro que nós recolhemos: a objecção a este pensamento reside no facto de que, por mais diferentes que sejam os diversos cheiros a rosa para cada homem, eles seguramente terão algo em comum que permitem que os homens os englobem numa categoria diferente de, por exemplo, o cheiro a peixe podre ou a éter. Quando falamos com qualquer homem mentalmente são, sobre um cheiro a rosas, a ele nunca lhe ocorre confundi-lo com um cheiro a peixe podre; de outro modo, não faria qualquer sentido as pessoas comprarem perfumes caros, bastaria escolher um, de forma estocástica, entre os mais baratos.

Chesterton diz, em São Francisco de Assis, 1926: “O mundo moderno tem um sentido mais

subtil das coisas em que os homens não estão unidos; das variedades e diferenciações temperamentais que constituem os problemas pessoais da vida.”

E em *Hereges*, 1905: “O Sr. Wells decerto deve saber que, por existirem duas coisas diferentes, por certo haverá similares. A lebre e a tartaruga podem diferir na qualidade da velocidade, mas devem concordar na qualidade do movimento. Quando dizemos que a lebre se move mais rapidamente, dizemos que a tartaruga se move. A mais rápida das lebres não é mais rápida que um triângulo isósceles ou do que uma ideia cor-de-rosa. Ao dizer que uma coisa se move, afirmamos que outras não se movem. Por isso, ao dizer que as coisas mudam, afirmamos que existe algo imutável.”

<sup>54</sup> <http://vimeo.com/55990936>

<sup>55</sup> *Do Fracasso de Todos os Atentados Filosóficos à Teodiceia*, 1791.

<sup>56</sup> “Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema – de Vós, ò Deus – e tendendo para as coisas baixas: vontade que derrama as suas entranhas e se levanta com intumescência.” Agostinho, Aurélio. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

<sup>57</sup> *Zuca S. Cristo na Filosofia Contemporânea*. Paulus 2003, SP, Brasil, pp 49-53.

<sup>58</sup> <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Educacao.pdf>

"Mutila-se o significado da educação limitando-a à perspectiva do indivíduo. Educa-se à espécie e não a um homem singular. Uma vez que o destino natural do homem não decide a sua essência, é necessário que seja educado num contexto da humanidade como um todo." (O que é isso da humanidade como um todo?)

"A disciplina obriga o homem, desde a mais tenra infância, a submeter-se às prescrições da razão, às leis da humanidade, que começa a fazê-lo sentir a obrigatoriedade das leis. É preciso cuidar da criança pela disciplina pois uma falha nesta orientação pode comprometer a sua conduta futura e levar o homem a submeter-se às orientações de outrem."

(Portanto uma pessoa é obrigada desde criança a ser educada pelos que controlam a educação e não teve liberdade de escolha – parece lavagem cerebral totalitária!)

<sup>59</sup> Hegel, *Filosofia do Direito*, 1821.

<sup>60</sup> Juan Roig Gironella, *Gesú Cristo percebido experimentalmente da un filosofo*, in *AA. VV.*, *Il Cristo dei filosofi*, pp. 317-324.

<sup>61</sup> Chesterton, *São Tomás de Aquino*, 1933. *Civilização Editora*, Porto, 2009.

“Desde que o mundo moderno teve início, no séc. XVI, nenhum sistema de filosofia de quem quer que fosse conseguiu realmente corresponder ao sentido de realidade de quem quer que seja.

Existe uma coisa de comum a Hobbes e a Hegel, a Kant e a Bergson, a Berkeley e a William James: Tem um homem que acreditar numa coisa que homem algum acreditaria, se lha colocassem subitamente diante da sua simplicidade: que a lei está acima do direito, ou o direito

fora da razão, que as coisas são apenas como as pensamos, ou, que tudo é relativo a uma realidade que não está aí.

Concordarão que deverá existir um viés quando se diz que os contrários não são incompatíveis ou que uma coisa pode, ao mesmo tempo, ser inteligível e não ser de todo.”

<sup>62</sup> Chesterton, Ortodoxia, 1908. Alêtheia Editores, Lisboa, 2008.

<sup>63</sup> Chesterton, Hereges, 1905. Ecclesiae, SP, Brasil, 2011.

<sup>64</sup> Immanuel Kant, Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime e Ensaio sobre Doenças Mentais, Edições 70, Lisboa, 2012.

“Na vida conjugal, o casal só deve formar de certo modo uma única pessoa moral, animada e governada pelo gosto da mulher e pela inteligência do homem. Se as mulheres mostram mais liberdade e fineza no sentimento, em compensação os homens parecem mais ricos no discernimento que a experiência dá.”

Chesterton, Woman and the Philosophers, The Speaker, 1901: [http://books.google.pt/books?id=NndEji8St64C&pg=PA199&dq=chesterton+schopenhauer&hl=en&sa=X&ei=G4l1Us2ROY\\_g7QarZYHYAw&ved=0CDsQ6AEwAg#v=onepage&q=chesterton%20schopenhauer&f=false](http://books.google.pt/books?id=NndEji8St64C&pg=PA199&dq=chesterton+schopenhauer&hl=en&sa=X&ei=G4l1Us2ROY_g7QarZYHYAw&ved=0CDsQ6AEwAg#v=onepage&q=chesterton%20schopenhauer&f=false)

“Schopenhauer imagina que as mulheres são as melhores encarregadas para cuidar das crianças, porque elas mesmas são "infantis, fúteis, limitadas"...É certamente estranho que o nome "filósofo" tenha sido dado a um literato - por mais brilhante que seja - capaz de defender a assombrosa ideia de que amamos aquilo a que nos assemelhamos. (...) De facto, toda a teoria de Schopenhauer sobre a infantilidade das mulheres pode ser refutada com a mais simples e breve das respostas. Se as mulheres são infantis porque amam as crianças, então os homens são efeminados porque amam as mulheres.”

<sup>65</sup> Chesterton, The Barbarism of Berlin, 1914:

“Que vem a ser o sofisma da “necessidade” senão uma inaptidão de imaginar o amanhã? Os prussianos ouviram dizer, dos seus homens de letras, que tudo depende de um impulso da vontade, e dos seus políticos que todos os arranjos se dissolvem diante da “necessidade”. A vitória é uma necessidade, e a honra um farrapo de papel.

Disse com insistência que o prussiano é um bárbaro espiritual porque se considera desligado do seu passado, tanto como um homem que tivesse simplesmente sonhado; “bárbaro” é aquele que é hostil à civilização e não o que é insuficientemente civilizado.

Encontramos sempre, no que se refere ao Prussiano, uma coisa de atroz simplicidade, uma coisa simples demais para o nosso entendimento: a suposição de que a glória consiste em empunhar o ferro e não em defrontá-lo. A Cruz de Ferro está no peito do seu rei, mas não é o sinal do nosso Deus. “Vais tu tratar com mulheres?”, diz Nietzsche, “não te esqueças do chicote!”. O prussiano convida todos os homens a virem admirar a beleza dos seus grandes olhos azuis. Se admiram, fica admitido que têm olhos superiores; se não admiram, fica provado que não têm olhos para ver.”

<sup>66</sup> Karl Popper, O realismo e o objectivo da Ciência. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987.

A assimetria lógica que existe entre verificação e falseabilidade de uma teoria (milhões de confirmações não tornam certa uma teoria; um só facto contrário logicamente a destrói -um só pedaço de ébano que é madeira e que afunda, falseia a teoria "todas as madeiras flutuam na água"); todo o controlo sério de uma teoria se resolve numa tentativa de falseá-la.

A descoberta do erro coloca a comunidade científica na necessidade de propor e pôr à prova uma teoria melhor do que a precedente, uma teoria com maior poder explicativo e previsível.

Uma experiência, ou prova ou pressupõe sempre alguma coisa a experimentar ou a comprovar. E esse algo são as hipóteses (ou conjecturas, ideias e teorias) que inventamos para resolver os problemas.

Do ponto de vista histórico, é um dado de facto que, ao lado das ideias metafísicas que obstaculizaram a ciência, há outras que representaram fecundos programas de pesquisa (a teoria atômica de Demócrito, a ideia de um princípio físico ou elemento último, a teoria do movimento da terra, a teoria corpuscular da luz, a teoria da electricidade como fluido, etc.); e existiram metafísicas que, com o crescimento do saber de fundo, se transformaram em teorias verificáveis.

Esse facto histórico demonstra claramente que, do ponto de vista lógico, o âmbito do verdadeiro não se identifica com o âmbito do verificável.

<sup>67</sup> A explicação do problema da indução, no método científico, efectuado por um amigo nosso, matemático:

Imagine que os geneticistas comecem a estudar um ser humano X1. Descubrem, em X1, que X1 tem a propriedade P no seu código genético. Seguidamente, descobrem que o ser humano X2 também tem a propriedade P. E o X3, X4, X5, X6, ..., Xn, também. Logo, os geneticistas concluem que TODOS os seres humanos possuem a propriedade P no seu código genético.

O que aconteceu aqui não foi dedução. Foi indução. O que aconteceu, não foi um processo cognitivo lógico; isto é, NÃO há razão alguma para que isso seja verdadeiro. Ainda mais problemático, é notar que isto é um método recorrente em ciência. Na verdade está na base do método científico TODO.

Isto é um problema filosófico chamado "Problema da Indução" que, por sua vez, ficou conhecido nas mãos de David Hume.

O que Popper tentou fazer, através do princípio de falseabilidade, foi tentar traduzir princípios de falseabilidade da lógica para o método científico.

Em lógica, quando usamos, numa afirmação, o quantificador universal "para todo" (aquele 'A' de cabeça para baixo), o que precisamos de fazer para negar tal afirmação é utilizar a negação do quantificador "para todo" que é, nesse caso, o quantificador "existe". Por exemplo:

P = TODO homem é mortal.

¬P = EXISTE um homem que não é mortal.

Perceba que P e ¬P NÃO podem ser mutuamente verdadeiras. Isto é denominado, em lógica, "Princípio da não contradição".

Na tentativa de resolver o problema da indução, Popper aplicou estes conceitos ao método científico. O princípio da falseabilidade de Popper diz que, para uma asserção científica ser falseável, em princípio será possível fazer uma experiência que comprove tal falseabilidade. Por exemplo, a asserção "Todos os Cisnes são Negros" é falseável se encontrarmos um "Cisne Branco". É importante realçar aqui os quantificadores, "existe" (relativo à existência de um Cisne Branco) e "para todo" (TODOS os cisnes são negros).

(Perante uma afirmação ou teoria científica é possível imaginar sempre um achado que, se for encontrado, a colocará em causa, por ex: encontrar um esqueleto de Homo sapiens com a mesma datação dos primeiros esqueletos humanóides e a Teoria da Evolução, encontrar uma velocidade superior à da luz e a teoria da Relatividade, etc. Se não for possível imaginar um achado hipotético que, a ser encontrado, colocará em questão a formulação científica, então essa formulação não é de natureza científica).

Relativamente ao princípio da falseabilidade para a existência de Deus, não é no sentido empírico que as provas se dão, mas no sentido lógico. O que Plantinga<sup>72,73,74</sup> sugere é:

O ateu tem que negar a proposição: "EXISTE um ser com grandeza máxima." De salientar aqui o quantificador "existe". Negar isso logicamente, significa atribuir o quantificador universal "para todo"; isto é, o ateu PRECISA provar a proposição "PARA TODO ser X, X NÃO tem grandeza máxima."

<sup>68</sup> Karl Popper, *Sociedade aberta, Universo aberto*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Popper critica o historicismo, ou seja, todas as filosofias que pretendem ter captado o sentido da história humana: o futuro não é previsível porque não são previsíveis os desenvolvimentos da ciência, dos quais depende, em grande parte, a ordem da sociedade.

O materialismo histórico (é a "estrutura económica" que determina a "superestrutura ideológica") é uma absolutização metafísica de um aspecto da realidade; a dialéctica é um mito; e, além disso, os próprios marxistas proibiram as componentes teóricas do marxismo, que eram científicas, de se desenvolverem como ciência, uma vez que, diante das refutações históricas da teoria, eles procuraram proteger a teoria com hipóteses ad hoc, comportando-se como o médico que, em vez de salvar o doente, procura salvar com vários subterfúgios o seu diagnóstico, matando o doente.

<sup>69</sup> Karl Popper, *A sociedade aberta e os seus inimigos*, Itatiaia-Edusp., Belo Horizonte, São Paulo, 1974.

<sup>70</sup> G. Reale, D. Antiseri, *História da Filosofia*, vol. III, cap. 7, *O Racionalismo Crítico de Karl R. Popper*, Paulus Editora, São Paulo, 2005.

Claro que o que vai na mente de Popper é a recusa de todas as formas de totalitarismo político, não a recusa de sistemas de organização política como o monárquico - Popper é Sir e cavaleiro do Império Britânico. A imparcialidade também deve ser tomada no contexto de respeito pelas crenças dos outros, pois, como escrito anteriormente, para Popper, todo o ser humano age fundado em valores ou preconceitos. Entende-se o sentido de "Como é possível controlar quem comanda?", mas a questão encerra em si algum grau de ingenuidade. De facto, na sociedade moderna, essa é a forma de agir do poder financeiro e económico sobre o poder



político, através dos *mass media* e do financiamento, sobretudo por meio da rede de influência das sociedades secretas.

Obviamente que Popper se encontrará mais perto do sincretismo do que de uma crença religiosa específica, mas tem o mérito de criticar o dogmatismo de Kant e dos seus sucedâneos marxistas.

<sup>71</sup> Jaime Balmes, *Historia de la Filosofía*, cap. LV, Imprenta Sáez Hermanos, Madrid, 1935: <http://www.e-torredobabel.com/Balmes-Historia-Filosofia/Indice.htm>

Encontra-se esta doutrina no idealismo de Berkeley; e Kant revela-se numa passagem da sua *Crítica da Razão Pura* e que transcrevo como prova da minha imparcialidade e para demonstrar o estilo deste filósofo:

“Quando digo: no espaço e no tempo a intuição dos objectos exteriores e a do espírito representam estas duas coisas tal e qual como elas afectam os nossos sentidos, não quero dizer que os objectos sejam uma pura aparência, porque no fenómeno, os objectos, e as propriedades que nós lhes atribuímos, são sempre considerados como alguma coisa dada realmente; embora esta qualidade de ser dada dependa unicamente do modo de perceber do sujeito na sua relação com o objecto dado, este objeto, como fenómeno, é diferente de si mesmo como objeto em si.

Eu não digo que os corpos pareçam simplesmente ser exteriores, o que a minha alma pareça simplesmente ter sido dada na minha consciência: quando eu afirmo que a qualidade do espaço e do tempo (mediante a qual eu ponho o corpo e a alma como sendo a condição da sua existência) existe unicamente no meu modo de intuição e não nos objectos em si mesmos, cairia em erro se convertesse em aparência pura o que devo tomar por um fenómeno; no entanto isto não ocorre se se admitir o meu princípio da idealidade de todas as nossas intuições sensíveis.

Pelo contrário, se se atribui uma realidade objectiva a todas essas formas das representações sensíveis, não se pode evitar que o todo se converta em pura aparência; porque se se consideram o espaço e o tempo como qualidades que devam encontrar-se quanto à sua possibilidade nas coisas em si, e se se pensa no absurdo em que então se cai, uma vez que duas coisas infinitas que não podem ser substâncias, nem nada inerente às substâncias, e que são, não obstante, alguma coisa existente e até condição necessária da existência de todas as coisas, todavia subsistem, mesmo quando tudo já se encontra adicionado, e, nesse caso, não se pode censurar o excelente Berkeley por ter reduzido os corpos a uma mera aparência.”<sup>19</sup>

Admite que o mundo é uma aparência, embora não uma pura aparência. Duvido muito que Berkeley quisesse dizer mais; o filósofo irlandês não negaria a realidade dos seres que nos afectam, não negaria que os fenómenos da sensibilidade dimanassem de objectos reais; apenas queria dizer que estas coisas não eram, como nós pensávamos, objectos realmente extensíveis, o que bastava para a sua teoria idealista.

Tudo isto admite Kant, uma vez que a extensão ou forma do espaço o reduz a um facto puramente subjectivo, a que não corresponde na realidade nada externo, excepto uma coisa em si que ignoramos o que é; por conseguinte, admite a possibilidade do idealismo, e como acrescenta que a transposição do espaço para o exterior conduz a absurdos, não só admite a possibilidade do idealismo, mas mesmo a necessidade.

E, como por fim, aplica ao tempo o mesmo que ao espaço, resulta que o seu idealismo é, porventura, mais refinado que o de Berkeley, pois destrói a existência e a possibilidade não só da extensão, mas também da sucessão.

<sup>72</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Ontological\\_argument](http://en.wikipedia.org/wiki/Ontological_argument)

<sup>73</sup> <http://mind.ucsd.edu/syllabi/02-03/01w/readings/plantinga.htm>

<sup>74</sup> <http://www.reasonablefaith.org/misunderstanding-the-ontological-argument>

<sup>75</sup> [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2008/january/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20080117\\_la-sapienza\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/january/documents/hf_ben-xvi_spe_20080117_la-sapienza_po.html)

<sup>76</sup> [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2006/september/documents/hf\\_en-xvi\\_spe\\_20060912\\_university-regensburg\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_en-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html)

Bento XVI parte do princípio que toda ação de Deus é razoável. Se Deus é o autor de todas as coisas, e se Ele tudo fez com Sabedoria, a Fé não pode ser oposta à razão e nem às verdadeiras descobertas da ciência. A oposição entre Fé e Razão, entre Religião e Ciência, é um sofisma do Iluminismo.

A fé da Igreja sempre se ateve à convicção de que entre Deus e nós, entre o seu eterno Espírito criador e a nossa razão criada, existe uma verdadeira analogia, na qual por certo – como afirma, em 1215, o IV Concílio de Latrão – as diferenças são infinitamente maiores que as semelhanças, mas não até ao ponto de abolir a analogia e a sua linguagem.

O homem quer conhecer; quer a verdade. Esta é primariamente algo que diz respeito ao ver, ao compreender, à *theoria*, como a denomina a tradição grega. Mas, a verdade nunca é apenas teórica. Agostinho, ao estabelecer uma correlação entre as Bem-Aventuranças do Sermão da Montanha e os dons do Espírito mencionados no capítulo 11 de Isaías, notou uma reciprocidade entre "scientia" e "tristitia": o simples saber, disse, deixa-nos tristes. E realmente quem se limita a ver e apreender tudo aquilo que acontece no mundo, acaba por ficar triste. Mas, verdade significa mais do que saber: o conhecimento da verdade tem como finalidade o conhecimento do bem. Este é também o sentido do questionar-se socrático: Qual é o bem que nos torna verdadeiros? A verdade torna-nos bons, e a bondade é verdadeira: tal é o optimismo que vive na fé cristã, porque a esta foi concedida a visão do Logos, da Razão criadora que, na encarnação de Deus, se revelou conjuntamente como o Bem, como a própria Bondade.

Certamente o amor, como diz Paulo, «ultrapassa» o conhecimento, sendo por isso capaz de apreender mais do que o simples pensamento ( Ef 3, 19).

Esse subjectivismo radical desembocou, na prática, por um lado, numa negação completa do sobrenatural e no ateísmo materialista, e, por outro lado, no fideísmo gnóstico. Em ambos, não há lugar para a harmonização da Fé com a Razão. Deus criador é excluído quer pelo racionalismo panteísta, quer pelo fideísmo gnóstico.

<sup>77</sup> O argumento ontológico de Kurt Gödel também parece desmentir o conceito de proscricção do conceito metafísico de Deus para além do conhecimento humano e reservá-lo apenas para o campo da moral, quando a razão humana é numérica - "Para admitir a fé tive que deixar de pensar", dizia Kant. Gödel, pelo contrário, utilizou o pensar para chegar a Deus<sup>69, 70, 71</sup>.

<sup>78</sup> Joseph Ratzinger, *A Europa de Bento na Crise das Culturas*, Alêtheia, Lisboa, 2005.

Todos nós, uns mais outros menos, utilizamos produtos de uma técnica cujos fundamentos científicos não conhecemos. Nós acreditamos que tudo isto não é desprovido de fundamento. Essa “fé” permite-nos desfrutar do benefício do saber dos outros. A vida humana torna-se impossível se já não se pode confiar no outro ou nos outros, na sua experiência, no seu conhecimento, naquilo que nos é oferecido antecipadamente. Esta fé faz sempre referência a alguém que está a par da questão, apoia-se na confiança da multidão pela utilização prática das coisas e num certo tipo de verificação do saber (que desconheço) na experiência quotidiana- mesmo não sabendo os fundamentos da electricidade verifico que os meus electrodomésticos funcionam quando ligados à corrente.

Também assim, a experiência de Deus chega até nós por meio de homens que a ouviram e tocaram. Ninguém conhece tudo, mas, todos juntos, conhecemos aquilo que é necessário saber. A relação com Deus baseia-se também na comunhão entre homens. Também na fé sobrenatural existe uma multidão que vive de um pequeno número, e este pequeno número vive para a multidão. A fé cristã é, na sua própria essência, um participar nessa visão de Jesus que torna possível a sua palavra. Sem o realismo dos santos, sem o seu contacto com a realidade que está em causa, a teologia torna-se um jogo intelectual vazio e perde o seu carácter científico. A fé é portanto um modo de “ser com”, de romper com o isolamento do meu eu, a ruptura da barreira da minha subjectividade. Eu não posso construir a minha fé pessoal num diálogo privado com Jesus. A fé ou vive em nós ou então não vive. Tal como acontece na vida quotidiana, também na nossa relação com Deus só podemos encontrar um caminho participando do conhecimento dos outros.

<sup>79</sup> Rom 1, 21-31:

Porque, tendo conhecido a Deus, não O glorificaram como Deus, nem Lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e o coração insensato deles obscureceu-se.

Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos.

E trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis.

Por isso Deus os entregou à impureza sexual, segundo os desejos pecaminosos do seu coração, para a degradação do seu corpo entre si.

Trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador, que é bendito para sempre. Ámen.

Por causa disso Deus os entregou a paixões vergonhosas. Até as suas mulheres trocaram as relações sexuais naturais por outras, contrárias à natureza.

Da mesma forma, os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres e inflamaram-se de paixão uns pelos outros. Começaram a cometer actos indecentes, homens com homens, e receberam em si mesmos o castigo merecido pela sua perversão.

Além do mais, visto que desprezaram o conhecimento de Deus, Ele os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem o que não deviam.

Tornaram-se cheios de toda sorte de injustiça, maldade, ganância e depravação. Estão cheios de inveja, homicídio, rivalidades, engano e malícia. São bisbilhoteiros, caluniadores, inimigos

de Deus, insolentes, arrogantes e presunçosos; inventam maneiras de praticar o mal; desobedecem a seus pais; São insensatos, desleais, sem amor pela família, implacáveis.

<sup>80</sup> Bento XVI, Luz do Mundo: O Papa, a Igreja e os Sinais dos Tempos, Ed. Lucerna, Cascais, 2010.

<sup>81</sup><https://www.google.pt/#q=fundamenta%C3%A7%C3%A3o+da+metaf%C3%ADsica+dos+costumes+paulo+quintela+pdf>

<sup>82</sup> Chesterton, O Homem Eterno, 1925. Edição Alêtheia, Lisboa, 2009.

<sup>83</sup> Immanuel Kant, Pedagogia. [www.philosophia.cl](http://www.philosophia.cl) / Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. [http://www.dooos.org/articulos/textos/kant\\_pedagogia.pdf](http://www.dooos.org/articulos/textos/kant_pedagogia.pdf)

O homem deve ter civilidade, ou seja, prudência, simpatia e boas maneiras, por forma a que possa ser influente e possa captar os homens para os seus fins.

Adestram-se os cavalos, os cães e também se podem adestrar os homens.

A primeira fase de educação do aluno deve envolver apenas obediência - é a coacção mecânica. Na segunda fase pode permitir-se-lhe a reflexão, mas submetida a leis - é a coacção moral.

É necessário que os pais cedam toda a sua autoridade aos preceptores. A escola pública é preferível à privada porque esta não faz mais do que prolongar e exagerar os erros da educação em família.

A submissão do aluno pode obter-se positiva ou negativamente. No primeiro caso obrigando-o ao que se lhe à prescrito por aplicação do castigo; no segundo caso impedindo-o de fazer aquilo que ele pretenda fazer.

<sup>84</sup> David Walter Hamlyn, Uma História da Filosofia Ocidental, Jorge Zahar Editor, 1990. <http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/hamlyn.pdf>

O indivíduo deve agir sempre de tal maneira a tratar todos os seres racionais, seja em si mesmo ou em outrem, como um fim e nunca como um meio - porquanto a natureza racional existe como um fim em si mesmo. Define vontade de todos os seres racionais como uma vontade universalmente legislativa, ideia esta que expressa também em termos na noção de autonomia da vontade.

“Um ser racional pertence, como membro, ao reino dos fins quando prescreve nele leis universais através da autonomia da vontade. Mas está também sujeito a tais leis e é em tal qualidade de membro que o ser moral individual deve determinar os princípios de acordo com os quais agirá. Kant alega que essas três versões do imperativo categórico equivalem à mesma coisa, proporcionando, por seu turno, a forma, a matéria e caracterização completa de todas as máximas, de acordo com as categorias de unidade, pluralidade e totalidade. Poucos conseguiram entender como essas três versões poderiam ser realmente interpretadas como três versões da mesma coisa, e o apelo às categorias em nada ajuda.”

Mesmo que, como pode parecer plausível, as três versões do imperativo categórico sumariam uma concepção de moralidade, que pode realmente ser abstraída de uma consciência moral comum, parece definitivamente mais débil a sua alegação de ter fornecido uma base metafísica a essa concepção de moralidade.

No caso dos princípios do *Crítica da Razão Pura*, supunha-se que sua objectividade fosse demonstrada pelo facto deles se revelarem como condições de experiência possível. É menos do que claro que acção correspondente seja possível para os imperativos da razão prática.

Kant parece, em vez disso, ter suposto que demonstrar que tais princípios são exigências da razão em geral é suficiente para lhes demonstrar a objectividade – o que quer que isso signifique neste contexto.

<sup>85</sup> Cor 11, 23. A Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), Lisboa, 1992.

<sup>86</sup> Jo 14, 8-11. A Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), Lisboa, 1992.

<sup>87</sup> João Paulo II, *Atravessar o Limiar da Esperança*. Editora Planeta, 1994.